

## EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2026

### - AMPLA CONCORRÊNCIA -

O **Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**, inscrito no CNPJ nº 83.279.448/0001-13, com sede na Rua Bulcão Viana, nº 90, Centro, Florianópolis/SC, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei nº 14.133/2021**, da **Lei Complementar nº 123/2006** e da **Resolução N. TC-0237/2023** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, será realizada licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento de **menor preço**, sob o **regime de execução empreitada por preços unitários**, mediante as condições estabelecidas neste Edital, destinado à **ampla concorrência**.

#### DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

**DIA: 07/07/2026**

**HORÁRIO DE ABERTURA DE SESSÃO E DISPUTA DE LANCES: 14:00 horas**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)**

**CÓDIGO UASG: 925395**

**NÚMERO DA LICITAÇÃO NO SISTEMA: 90074/2026**

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação diversa do Agente de Contratação.

#### SEÇÃO I - DO OBJETO

**1** A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de mão de obra relativos aos postos de trabalho de apoio administrativo para o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, incluindo despesas eventuais decorrentes de viagens dos postos de trabalho, de acordo com as especificações, quantitativos e condições, bem como preço máximo relacionados no **Termo de Referência (Anexo II)**.

**1.1** Em caso de discrepância entre as especificações deste objeto descritas no sistema [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

#### SEÇÃO II - DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**2** A despesa decorrente da presente licitação correrá por conta das dotações orçamentárias: PARA OS POSTOS DE SERVIÇO: dotação orçamentária Funcional Programática: 01.122.0935.0002, Projeto/Atividade 001858, Fonte: 1.500.100.000 Classificação Econômica: 33.90.37.01 para os itens

1, 2, 3 e 4. PARA AS DESPESAS COM DIÁRIAS DECORRENTE DE VIAGENS: dotação orçamentária Funcional Programática: 01.122.0935.0002, Projeto/Atividade 001858, Fonte: 1.500.100.000 Classificação Econômica: 33.90.39.99 para o item 5.

**2.1** O valor total estimado para fornecimento do objeto desta licitação é **R\$ 1.362.063,48 (Um milhão, trezentos e sessenta e dois mil, sessenta e três reais e quarenta e oito centavos.)**.

### **SEÇÃO III - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E ESCLARECIMENTOS**

**3** Até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico ou solicitar esclarecimento sobre seus termos, na forma eletrônica, mediante petição, a ser enviada via sistema ou pelo e-mail [pregoeiro@tcsc.tc.br](mailto:pregoeiro@tcsc.tc.br).

**3.1** Caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, receber, examinar e instruir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos e encaminhá-los para decisão do Diretor da Diretoria de Administração e Finanças (DAF) no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação ou do pedido de esclarecimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**3.2** Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido para apresentação das propostas.

**3.3** O Tribunal de Contas poderá emitir Nota de Esclarecimento, a qual será publicada nos sites [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) , <https://www.portaldecompras.sc.gov.br/#/> , no PNCP e, também, no Diário Oficial Eletrônico do TCE/SC (DOTC-e).

### **SEÇÃO IV - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**4** Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no sistema eletrônico disponível, por meio do sítio [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

**4.1** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão ter conhecimento acerca do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

**4.2** Os licitantes deverão responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal de Contas a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**4.3** Os licitantes deverão acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.4** O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

**4.5** Não poderão disputar esta licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente as pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem em uma das circunstâncias previstas no art. 14, da Lei 14.133/2021.

**4.6** Será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, para as quais deverão ser observadas as seguintes condições:

**4.6.1** Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

**4.6.2** Indicação da empresa líder, que será responsável pela representação do consórcio perante o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC e deverá atender às condições de liderança estabelecidas no Edital;

**4.6.3** Apresentação por cada empresa consorciada da documentação de habilitação exigida no Edital;

**4.6.4** Para efeito de qualificação técnica do consórcio, admissão do somatório dos quantitativos de cada consorciado;

**4.6.5** Para fins de qualificação econômico-financeira, aceitação do somatório dos valores de cada consorciado;

**4.6.5.1** Será exigido para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor estabelecido para a habilitação econômico-financeira da licitante individual.

**4.6.6** As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

**4.6.7** Responsabilização solidária das empresas consorciadas pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

**4.6.8** A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo TCE/SC e está condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

**4.6.9** Se a licitação for vencida por consórcio de pessoas jurídicas, deverá ser apresentado, na data de assinatura do contrato, o ato constitutivo do consórcio, devidamente registrado em Junta Comercial (Lei nº 8.934/1994, art. 32, inciso II), observadas as seguintes condições:

**4.6.9.1** Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia e expressa concordância do TCE/SC;

**4.6.9.2** Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em Pessoa Jurídica distinta da de seus membros, nem terá denominação própria ou diferente das suas consorciadas;

**4.6.9.3** Compromisso, e respectiva divisão do escopo, no fornecimento de cada uma das consorciadas, individualmente, do objeto da licitação, bem como o percentual de participação de cada uma em relação ao faturamento dos serviços licitados;

**4.6.9.4** O prazo de duração do consórcio, que deverá coincidir, no mínimo, com o prazo do Termo de Contrato a ser firmado entre as partes.

**4.6.10** A empresa líder do consórcio deverá atender às seguintes condições de liderança:

**4.6.10.1** Responsabilizar-se por todas as comunicações e informações do consórcio perante o TCE/SC;

**4.6.10.2** Responsabilizar-se pelo contrato a ser firmado com o TCE/SC, sob os aspectos técnicos e administrativos, com poderes expressos inclusive para transferir, requerer, receber e dar quitação, tanto para fins deste Pregão, quanto na execução do contrato, sem prejuízo da responsabilidade de cada uma das consorciadas;

**4.6.10.3** Ter poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente pelo consórcio;

**4.6.10.4** Ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases deste Pregão, podendo inclusive interpor e desistir de recursos, assinar contratos e praticar todos os atos necessários visando à perfeita execução de seu objeto até a sua conclusão.

**4.7 Não há restrição à participação de ME/EPP optantes pelo Simples Nacional, entretanto, a proposta de preços deverá ser formulada considerando o futuro desenquadramento do Simples Nacional**, caso seja declarada vencedora, a partir do mês subsequente ao da contratação, conforme entendimento consolidado do TCE/SC e do TCU (Acórdão Plenário n. 2798/2012; n. 341/2012) c/c art. 17 da LC n. 123/2006.

## SEÇÃO V – DA PROPOSTA

**5** O licitante interessado deverá cadastrar sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de cadastramento de propostas.

**5.1** O licitante deverá consignar, de forma expressa no sistema eletrônico, o **valor unitário ofertado para o item (valor mensal do posto – Itens 1 a 4)**, em reais (R\$), com até duas casas decimais, já considerados e inclusos todos os tributos, descontos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, conforme Anexo II-D, subitem 1.1.2.

**5.2** Com relação ao **item 5 (diárias)**, **deverá ser cadastrado no sistema o valor unitário de R\$ 704,02**, que totaliza R\$ 25.345,08 para este item, considerando a estimativa de 36 diárias por ano.

**5.2.1 O valor do item 5 (diárias) é fixo, não devendo ser objeto de lances**, sob pena de **desclassificação da proposta caso haja lances**, ou se o valor estiver zerado.

**5.3** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.4** O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

**5.5** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual que participarem do certame deverão declarar que atendem aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do sistema.

**5.6** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

**5.7** As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

**5.8** Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**5.9** O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

**5.10** Decorrido o prazo de validade da proposta, sem convocação para contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

## **SEÇÃO VI – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

**6** O julgamento da proposta de preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR GRUPO**, e observadas as especificações técnicas e os parâmetros definidos no Edital.

**6.1** Será admitido apenas 01 (um) licitante vencedor para o grupo.

**6.2** Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta de preços, que não venham causar prejuízo para o Contratante ou firam os direitos dos demais licitantes.

## **SEÇÃO VII – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**7** A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Agente de Contratação, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no Portal de Compras do Governo Federal, no sistema [compras.gov.br](http://compras.gov.br).

**7.1** Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**7.2** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

## **SEÇÃO VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO MODO DE DISPUTA**

**8** Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance, vedada a identificação do licitante.

**8.1** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema eletrônico, respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

**8.1.1** Observado o disposto acima, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

**8.2** O intervalo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, é de no mínimo R\$ 1,00 (um real).

**8.3** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**8.4** Durante a fase de lances, o agente de contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

**9** Nos termos da Resolução N. TC-0237/2023, a presente licitação se dará pelo modo de disputa **ABERTO**.

**10** No modo de disputa **ABERTO**, a etapa de envio de lances durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

**10.1** A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**11** Na hipótese de não haver novos lances, na forma estabelecida no item 10, a etapa será encerrada automaticamente.

**12** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital, para a definição das demais colocações.

**13** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, serão utilizados os critérios definidos no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021, nos termos do Regulamento do TCE/SC, sendo que o primeiro critério de desempate será a reabertura para disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

**14** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Agente de Contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**15** No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes no sistema.

## **SEÇÃO IX - DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**16** A obtenção dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada:

**16.1** às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno

porte, devendo a licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente com a proposta readequada (**Modelo Anexo IV**);

**16.2** ao item de contratação cujo valor estimado seja igual ou inferior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**17** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

I - a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;

II - não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outras licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estas serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - a convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

**17.1** Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o processo licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

## **SEÇÃO X - DA NEGOCIAÇÃO E VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DA PROPOSTA**

**18** Após o encerramento da etapa de lances, o Agente de Contratação deverá encaminhar contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

**18.1** A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

**19** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública e negociação, o agente de contratação realizará a verificação da conformidade da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital.

**19.1** A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

**19.2** Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

**VI – Não respeitarem os valores mínimos fixados para o salário dos postos e para o valor do auxílio alimentação, conforme fixado no Anexo II - C.**



**20** Fica estabelecido o **prazo de 48 (quarenta e oito) horas**, contado da solicitação do agente de contratação no sistema, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado (**Anexo II - D**) e, se necessário, documentos complementares solicitados, assim como as **planilhas de custos e formação de preços** para cada posto, conforme **Anexo II - B**.

**20.1** O envio da proposta adequada ao último lance e documentos complementares deverão ser enviados preferencialmente via sistema, **conforme modelo previsto no Anexo II - D**.

**20.2** Será aceito o envio para o e-mail: [pregoeiro@tcsc.tc.br](mailto:pregoeiro@tcsc.tc.br) após o término da fase de lances, desde que dentro do prazo previsto no edital, nesse caso, o agente de contratação disponibilizará os documentos recebidos para consulta de todos os licitantes.

**20.3** A prorrogação de que trata o item 20 poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação; ou

II - por ofício, a critério do agente de contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.

**20.4** A proposta de preços (**Anexo II - D**) adequada ao lance vencedor ou ao valor negociado a ser encaminhada **após o término da fase de lances** deverá obrigatoriamente conter as seguintes informações:

**20.4.1** Razão social e CNPJ do licitante, endereço completo, telefone, e/ou endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como o nome do proponente e de seu representante legal, CPF, RG e cargo na empresa, banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento, a especificação do objeto, bem como o valor total e os valores unitários, o código dos serviços de acordo com a Lei Complementar nº 116/2003 e os respectivos CNAEs (Código Nacional de Atividade Econômica).

**20.4.2** As planilhas de custos e formação de preços para cada posto, conforme modelo Anexo II - B.

**20.4.3** Na elaboração da proposta, os custos com os tributos IRPJ e CSLL devem ser embutidos no bojo do Lucro vedada a inclusão de rubrica destacada (Súmula 254/TCU).

**21** Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, nos termos do regulamento do TCE/SC.

**22** Nesse caso, o próximo licitante convocado deverá enviar a proposta adequada e demais documentos complementares, se for o caso, nos termos do item 20.

**23** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

**24** Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade da proposta, o agente de contratação verificará a documentação de habilitação do licitante.



## SEÇÃO XI - DA HABILITAÇÃO

**25** Encerrada a fase aceitabilidade da proposta, o licitante detentor da proposta classificada em 1º lugar encaminhará os documentos de habilitação exigidos no edital, preferencialmente pelo sistema ou para o e-mail [pregoeiro@tcsc.tc.br](mailto:pregoeiro@tcsc.tc.br), **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, contado da solicitação do Agente de Contratação no sistema.

**25.1** No caso de envio de documentação por e-mail, esta será disponibilizada pelo agente de contratação para consulta de todos os licitantes.

**25.1.1** O envio por e-mail somente será aceito após a solicitação do agente de contratação via sistema, uma vez que é vedada a identificação do licitante antes do término da fase de lances sob pena de desclassificação.

**26** A verificação dos documentos de habilitação somente ocorrerá após encerradas as fases de envio de lances da sessão pública e de negociação direta com o licitante detentor da melhor proposta.

**27** A habilitação será verificada por meio de validação nos portais oficiais ou outro meio hábil disponível.

**28** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do participante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes Cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantidos pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- d) SICAF e Certificado de Cadastro de Fornecedores da Secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina (CCF/SEA), se houver.

**28.1** Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

**28.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**28.3** Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**29** Para fins **de habilitação neste certame**, o licitante detentor da proposta classificada em 1º lugar deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Contrato social consolidado ou registro de empresa individual/MEI ou certidão simplificada emitida pela junta comercial ou outro documento que comprove a existência da pessoa jurídica;
- b) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Comprovante de regularidade fiscal com a Fazenda Federal com a Dívida Ativa da União, incluindo a Seguridade Social (INSS);
- e) Comprovante de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual;
- f) Comprovante de regularidade fiscal com a Fazenda Municipal;
- g) Comprovante de regularidade fiscal para com o FGTS;
- h) Comprovante de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas) – CNDT;
- i) Certidão negativa de feitos sobre falência, expedido pelo distribuidor da sede do licitante;
- j) Declaração de que a empresa não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre nem menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal **(Anexo III)**;
- k) Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação **(Anexo III)**;
- l) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas **(Anexo III)**;
- m) Declaração que cumpre reserva cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, podendo ser substituída pela certidão emitida no site do Ministério do Trabalho e Emprego, no site: <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab> **(Anexo III)**;
- n) Atestado(s) ou certidão(ões) que demonstre(m) a capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços pertinente e compatível com o objeto desta licitação, conforme estabelecido no item **16.2** e subitens do **Termo de Referência (Anexo II)**;
- o) Apresentação da documentação de qualificação econômico-financeira, conforme estabelecido no item **seção 16.1** e subitens do **Termo de Referência (Anexo II)**.

**29.1** Quando couber, os documentos exigidos no item 29 poderão ser substituídos pela apresentação do Certificado de Cadastro de Fornecedores (CCF) expedido pela Secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina ou pelo Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), expedido pelo Portal de Compras do Governo Federal, desde que estejam expressamente citados no respectivo cadastro e dentro do prazo de validade.

**29.2** As declarações exigidas neste edital poderão ser supridas mediante manifestação expressa do licitante no sistema compras.gov.br (**Relatório de Declarações**).

**29.3** Para os documentos de regularidade fiscal que não apresentarem prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

**29.4** A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da empresa licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando tiverem validade para todas as filiais e matriz.

**29.5** O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante.

**29.6** Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**29.7** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência.

**29.8** As microempresas e empresas de pequeno porte poderão sanar eventual restrição nos documentos de regularidade fiscal como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06.

**29.8.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**29.8.1.1** A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao Agente de Contratação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

**30** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, será examinada a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação, observado o prazo disposto no item 20.

**31** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

## **SEÇÃO XII – DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**32** O agente de contratação poderá, no julgamento das propostas e/ou dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação e/ou habilitação, mediante decisão fundamentada, observado o disposto no art. 55 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

**33** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento previsto acima, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

### **SEÇÃO XIII – DO RECURSO**

**34** Caberá, nos moldes do artigo 165 e seguintes da Lei Federal n. 14.133/2021, recurso em face de:

I - julgamento das propostas;

II - ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

III - anulação ou revogação da licitação.

**35** Qualquer licitante poderá, no prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

**35.1** A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a Administração a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

**36** O prazo para apresentação das razões recursais das intenções de recurso é 3 (três) dias úteis, e iniciará na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**37** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema ou para e-mail, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

**38** Os demais licitantes ficarão intimados a, se desejarem, apresentar contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal, que se dará por meio do e-mail oficial do licitante, ou de divulgação da interposição do recurso no sistema.

**39** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**40** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

**41** Os recursos serão dirigidos ao agente de contratação que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação ao titular da Diretoria de Administração e Finanças (DAF), o qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**42** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

**43** Caso o licitante não apresente as razões do recurso no prazo legal, entender-se-á como desistência da interposição do recurso.

## SEÇÃO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**44** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o Agente de Contratação encaminhará o processo licitatório ao titular da Diretoria de Administração e Finanças (DAF) para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**44.1** A adjudicação do certame será por grupo, sendo que todos os itens do grupo serão adjudicados para o mesmo vencedor no certame.

**45** O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas, disponível na internet, no endereço <https://www.tcsc.tc.br/content/dotc-e>.

## SEÇÃO XV – DO CONTRATO

**46** Após a homologação e adjudicação, o licitante vencedor será convocado para assinar o contrato, conforme minuta do **Anexo I**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data da convocação sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n. 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

**46.1** O prazo para firmar o contrato poderá ser prorrogado, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**46.1.1** A prorrogação do prazo para assinatura do contrato poderá igualmente ocorrer em razão do prazo previsto para oferecimento da garantia contratual, conforme previsto no item 46.5 do edital.

**46.2** Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei n. 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

**46.3** Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**46.4** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

**46.4.1** A regra acima não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados, na forma do inciso I do subitem 46.3.

**46.5** Para fins de assinatura do contrato, a licitante deverá **fornecer garantia, na monta de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato**, e apresentá-la no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da homologação da licitação, como condição indispensável para assinatura do contrato, salvo

no caso de seguro-garantia, cujo prazo será de até 30 dias, conforme disposto pelo §3º do art. 96, da Lei n. 14.133/2021, conforme previsto **nos itens 5.23, 5.24 e 15.1 do Termo de Referência (Anexo II)**).

## SEÇÃO XVI – DAS SANÇÕES

**47** O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133, de 2021, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei, mediante apuração prevista em regular processo administrativo.

## SEÇÃO XVII – DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

**48** A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório, por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

**48.1** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

**48.2** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam.

**48.3** Na hipótese da ilegalidade, de que trata o item 48, ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei n. 14.133, de 2021.

## SEÇÃO XVIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**49** Cópia deste ato convocatório poderá ser obtida no site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), Código UASG 925395, número da licitação 90074/2026, no site <https://www.portaldecompras.sc.gov.br/#/>, Órgão: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, **Pregão Eletrônico nº 74/2026**, no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) ou solicitado através dos e-mails [pregoeiro@tcsc.tc.br](mailto:pregoeiro@tcsc.tc.br) ou [daf.clic@tcsc.tc.br](mailto:daf.clic@tcsc.tc.br), de segunda a sexta-feira, no horário das 13:00 às 19:00 horas.

**50** O licitante vencedor se compromete a seguir a Política de Segurança da Informação, das Comunicações, da Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Contas de Santa Catarina e as orientações formuladas pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação, Privacidade e Proteção de Dados (CGSIPD), instituído pela Portaria n. TC-149/2020 (e suas alterações).

**51** O licitante vencedor se compromete a atuar em conformidade com a Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), sobretudo quando, em decorrência do objeto contratado, se enquadrar como operador de dados do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

**52** A rigor do que dispõem a Lei Federal n. 12.527/2011, a Lei Federal n. 14.133/2021 e a Lei Complementar n. 101/2000, as licitantes ficam cientes de que todo o processo administrativo licitatório é público, bem como a fase externa da licitação, com as exceções resguardadas pelo sigilo

legal. Desta forma, os documentos que instruem o processo licitatório devem atender ao princípio da publicidade previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal e do art. 5º da Lei n. 14.133/2021.

## **SEÇÃO XIX – DOS ANEXOS**

**53** Fazem parte integrante deste Edital:

- a)** Anexo I – Minuta de Contrato;
- b)** Anexo II – Termo de Referência;
- c)** Anexo II-A – Atribuição e Descrição dos Postos;
- d)** Anexo II-B – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços;
- e)** Anexo II-C – Salário Base Mínimo por Posto e Valor do Auxílio Alimentação;
- f)** Anexo II-D – Valores Máximos e Modelo de Proposta de Preços Resumida;
- g)** Anexo II-E – Termo de Compromisso às Normas de Segurança Vigentes no TCE/SC;
- h)** Anexo II-F – Das Obrigações Acerca da Segurança da Informação e Comunicação, da Privacidade e Proteção de Dados;
- i)** Anexo III – Modelo de Declarações de Habilitação;
- j)** Anexo IV – Modelo Declaração ME/EPP.

Florianópolis, 15 de junho de 2026.

André Diniz dos Santos  
Diretor de Administração e Finanças, em Exercício



## ANEXO I

### MINUTA DE CONTRATO

O ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio do **Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**, com sede na Rua Bulcão Viana, nº 90, Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88020-160, inscrito no CNPJ sob n.º 83.279.448/0001-13, neste ato representado pelo seu Diretor de Administração e Finanças, Sr. Raul Fernando Fernandes Teixeira, CPF nº ....., a seguir denominado CONTRATANTE, e a empresa ....., com sede na Rua ....., inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada pelo(a) Sr(a). ....., CPF nº ..., a seguir denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº 74/2026 e seus anexos, bem como à proposta vencedora, sujeitando-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA à Lei nº 14.133/2021, Resolução N. TC-0237/2023 do TCE/SC e subsidiariamente ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O contrato será executado pelo **regime de execução empreitada por preços unitários**.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de mão de obra relativos aos postos de trabalho de apoio administrativo para o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, incluindo despesas eventuais decorrentes de viagens dos postos de trabalho, de acordo com as especificações, quantitativos e condições, bem como preço máximo relacionados no Termo de Referência anexo **(Anexo II)**.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente do presente Contrato correrá por conta das dotações orçamentárias: PARA OS POSTOS DE SERVIÇO: dotação orçamentária Funcional Programática: 01.122.0935.0002, Projeto/Atividade 001858, Fonte: 1.500.100.000 Classificação Econômica: 33.90.37.01 para os itens 1, 2, 3 e 4. PARA AS DESPESAS COM DIÁRIAS DECORRENTE DE VIAGENS: dotação orçamentária Funcional Programática: 01.122.0935.0002, Projeto/Atividade 001858, Fonte: 1.500.100.000 Classificação Econômica: 33.90.39.99 para o item 5.

## CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

Pelo objeto fornecido, o contratante pagará a contratada o valor total estimado de ....., conforme segue:

RESUMO DE PREÇOS – GRUPO 1	
TIPO	ANUAL (R\$)
POSTOS DE TRABALHO	
DESPESAS COM DIÁRIAS	R\$ 25.345,08
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO 1 (R\$)	

### GRUPO 1

#### Postos de trabalho

Item	Postos	CBO	Carga horária (Diária)	Qtde	Valor Unitário Mensal	Preço Total Mensal	Preço Total Anual Postos
1	Arquivista	2613-05	6h	2			
2	Bibliotecário	2612-05	6h	3			
3	Assistente Social - I	2516-05	6h	2			
4	Assistente Social - II	2516-05	4h	2			
				9			

#### Despesas com diárias decorrentes de viagens (tributação estimada em 11,75%)

Item	Valor Diária (R\$)	Tributos	Valor Unitário Diária (R\$)	Qtde Diárias Estimada Mês	Valor Estimado Mensal (R\$)	Qtde Diárias Estimada Ano	Valor Estimado Anual (R\$)
5	630,00	11,75%	704,02	3	2.112,09	36	25.345,08
VALOR TOTAL ESTIMADO DIÁRIAS (sob demanda)						R\$ 25.345,08	

VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO 1	
---------------------------------	--

## CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE E RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1. Os preços do contrato serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, a cada 12 meses, com data vinculada:

I - à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

II - ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

6.2. Para fins de composição de custos, reajuste e repactuação, os custos serão divididos em seis módulos, conforme Anexo II - B, e serão alterados nos seguintes termos:

6.2.1 Os Módulos 1 (Remuneração), 2 (Encargos sociais e trabalhistas) e o Submódulo 2.3 (Auxílio-Alimentação) serão atualizados a partir da data estipulada no acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho da categoria, com base nos índices e valores nela estabelecidos, nos termos autorizados pela legislação em vigor.

6.2.2 O Módulo 5 (insumos) será reajustado de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor IPCA, disponibilizado pelo IBGE, ou outro que vier a substituí-lo por determinação legal.

6.2.3 O item Transporte do Submódulo 2.3 será reajustado com base na alteração real da tarifa de transporte do município de Florianópolis/SC.

6.2.4 Os demais itens que compõe Submódulo 2.3, serão reajustados conforme acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho da categoria ou, caso não sejam previstos índices específicos, será aplicado o reajuste nos moldes do item 6.2.2.

6.3 Os valores relativos ao Módulo 6 serão alterados em face da repactuação e do reajuste previstos nos incisos anteriores, sendo, obrigatoriamente, aplicados sobre estes os mesmos percentuais constantes da proposta apresentada na licitação.

6.3.1 Somente poderá ocorrer alteração nos percentuais relativos aos tributos, desde que alterados por legislação.

6.4 O valor da diária para ocupantes de Postos Terceirizados em viagem, tem como referência o piso de diárias estabelecido para os servidores do Tribunal de Contas, e será alterado nas mesmas datas e proporção.

6.5 As repactuações e reajustes serão precedidos de solicitação da CONTRATADA, a qual deverá ser realizada via documento formal, com identificação do número do contrato e endereçado ao fiscal/gestor do contrato.

6.5.1 A solicitação deverá ser acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, bem como o novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo que a fundamente.

6.6 É vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto se novo benefício for criado por lei ou acordo/convenção coletiva.

6.7 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação poderá ser dividida em tantos quantos forem os Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho das categorias envolvidas na contratação.

6.8 O contrato poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, baseando-se entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição pela CONTRATANTE para justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em

caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

6.9 A solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, disposta no item 6.8, deverá ser fundamentada e devidamente instruída com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, não sendo acolhido o pedido quando a contratada deixar de comprovar o desequilíbrio sofrido.

6.10 O reequilíbrio econômico, as repactuações e os reajustes a que a CONTRATADA fizer jus e que não forem solicitados durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão com a assinatura do aditivo que prorroga a vigência contratual ou com a sua extinção.

6.11 A CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período e até o limite de 10 anos, nos moldes do disposto no art. 107 da Lei n. 14.133/2021, desde que comprovado o preço e condições vantajosas.

§ 1º O prazo para o início da execução dos serviços contratuais pela CONTRATADA será de até 15 (quinze) dias, a partir da emissão de Ordem de Serviço para ocupação dos postos.

§ 2º O prazo previsto no § 1º poderá ser prorrogado, mediante justificativa formal da CONTRATADA e análise e aprovação discricionária da CONTRATANTE, por igual período de até 15 (quinze) dias.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

A aferição da execução dos serviços contratados, para fins de faturamento e pagamento, será realizada mensalmente, com base nos critérios de recebimento e aceitação do objeto (item 13 do Anexo II - Termo de Referência).

**Parágrafo único.** Para fins de medição para faturamento, será considerada a efetiva ocupação dos postos de trabalho no período de apuração.

#### **CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO**

O pagamento será realizado através do Banco do Brasil SA, agência 3582-3, Florianópolis, SC, até o 5º (quinto) dia útil após o recebimento e aceite do objeto contratual pelo fiscal do contrato, e a consequente liquidação da despesa pelo gestor do contrato.

§ 1º O pagamento será preferencialmente realizado através de crédito em conta corrente no Banco do Brasil. O credor que não possuir conta corrente no Banco do Brasil poderá receber o pagamento

em outras instituições financeiras, ficando, contudo, responsável pelo pagamento das tarifas bancárias derivadas da operação. (Conforme Decreto 1.073/2017).

§ 2º O pagamento ocorrerá mediante transferência bancária para o Banco ....., agência ....., conta corrente ....., ou outra a ser indicada pela Contratada, ou por meio de boleto com código de barras.

§ 3º Fica o contratante autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§ 4º O pagamento poderá ser susinado pelo contratante por inadimplemento de qualquer cláusula do contrato.

§ 5º O documento fiscal a ser emitido deverá conter as seguintes informações:

I. Código de atividade econômica – CNAE;

II. Dados Bancários.

§ 6º A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente, junto à nota fiscal, as certidões negativas de débito exigidas no edital para fins de habilitação, assim como a documentação prevista **no item 14.2 do Termo de Referência (Anexo II do Edital)**. Constatada eventual irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária por parte da CONTRATADA, o processo administrativo de liquidação de despesa dependerá da autorização do ordenador de despesas responsável.

§ 7º Caso a CONTRATADA não seja optante pelo Simples Nacional DEVERÁ DESTACAR, na nota fiscal, o Imposto de Renda a ser retido conforme a alíquota referente ao seu ramo de atuação nos termos da IN RFB 1234/2012 e do Manual Técnico do Imposto de Renda Retido na Fonte – Pessoa Jurídica, aprovado pela Portaria nº 163/GABS/SEF de 24/05/2023.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

Se o contratante não efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato e tendo a contratada, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a nota fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

As alterações deste contrato serão processadas nos termos do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE**

O contratante reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este contrato:

- a) Modificar, unilateralmente, o contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da contratada;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

A contratada poderá ser responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa a inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**Parágrafo único.** A CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo da obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública:

- a) advertência, pela prática da infração prevista na alínea "a" do *caput* desta Cláusula, quando não couber penalidade mais gravosa;
- b) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, pela prática das infrações previstas nas alíneas "b" a "f" do *caput* desta Cláusula, quando não couber penalidade mais gravosa;
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, pela prática das infrações previstas nas alíneas "g" a "k" do *caput* desta Cláusula;

d) multa, no percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, pela prática de qualquer das infrações previstas nas alíneas "a" a "k" do *caput* desta Cláusula, podendo ser cumulada com as demais sanções previstas neste parágrafo, conforme as circunstâncias do caso concreto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

##### **I. São obrigações do CONTRATANTE:**

- a) Proporcionar os recursos técnicos e físicos necessários que lhe couberem para que a empresa CONTRATADA possa executar os serviços conforme as especificações detalhadas no edital e seus Anexos;
- b) Permitir o acesso dos profissionais da contratada às dependências e locais necessários para a execução dos serviços;
- c) Prestar, por escrito, informações e esclarecimentos solicitados formalmente pela contratada;
- d) Levar ao conhecimento da CONTRATADA, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto, bem como imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- e) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- f) Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com as especificações técnicas;
- g) Exigir o imediato afastamento e substituição de qualquer empregado que não cumpra as normas do CONTRATANTE na prestação dos serviços, que produza complicações para a fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
- h) Levar ao conhecimento da CONTRATADA, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto, bem como imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- i) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, incluindo o cumprimento das obrigações da contratada, por meio de comissão/servidor designado;
- j) Receber o objeto contratado, verificando sua conformidade com as especificações, e emitir o Termo de Recebimento Definitivo;
- k) Pagar mensalmente a CONTRATADA na forma estipulada neste termo de referência e no contrato a ser firmado;



- i. Os valores destinados a título de diárias quitadas antecipadamente pela contratada aos empregados que prestam serviço à CONTRATANTE, serão pagos como custo do serviço da empresa, mediante apresentação de nota fiscal.
  - ii. Os valores de diárias a serem pagas pela CONTRATADA aos seus empregados será o valor equivalente aos valores pagos aos servidores do TCE/SC, fixados por meio da Portaria TC n. 352/2025 ou outra que a substitua, com os devidos reajustes concedidos.
  - iii. Caberá à CONTRATADA a responsabilidade pela análise da prestação de contas das diárias pagas aos seus empregados, assim como a apresentação do respectivo comprovante de pagamento à CONTRATANTE.
  - iv. A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE os documentos previstos no item anterior, antes da emissão da nota fiscal mensal para pagamento.
  - v. O empregado não fará jus ao pagamento de diária quando tratar-se de deslocamento para municípios limítrofes dentro da mesma região metropolitana.
- I) Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
- i. O pagamento dos salários, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação, e outras obrigações trabalhistas, quando forem devidas;
  - ii. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
  - iii. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional; e
  - iv. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados.

## **II. São obrigações da CONTRATADA:**

- a) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados e cumprir fielmente as obrigações contratuais, a legislação vigente e as especificações deste Edital e seus anexos, de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição.
- b) Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação necessárias para a contratação com a Administração.
- c) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, o Contrato, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada.
- d) Suportar todos os encargos envolvidos no objeto contratado, bem como os decorrentes do cumprimento da legislação aplicável à execução dos serviços, especialmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, de segurança e medicina do trabalho, bem como a

legislação municipal sob pena de, sem qualquer incidência de juros ou multa ou qualquer ônus para a CONTRATANTE, ter o pagamento suspenso referente ao respectivo posto de trabalho, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, especificadas no Edital e no contrato.

- e) Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus funcionários aos pagamentos das notas fiscais pela CONTRATANTE.
- f) Submeter, até o 10º (décimo) dia útil do início da execução do contrato para conferência e identificação pela fiscalização da CONTRATANTE, as CTPS devidamente preenchidas e assinadas, juntamente com a relação nominal dos empregados que atuarão na execução dos serviços, mencionando os respectivos endereços e telefones residenciais e celulares, atualizando prontamente quaisquer alterações desses dados, observando também as obrigações da alínea “z”.
- g) A obrigação estabelecida na alínea anterior, dar-se-á sempre que houver demissão/admissão/cobertura de novos empregados para prestação dos serviços constantes deste Termo de Referência.
- h) Pagar, no prazo legal, os salários dos empregados envolvidos nas atividades contratadas e fornecer, até o último dia do mês, vale-transporte e auxílio alimentação, neste último caso, quando aplicável, correspondente ao mês seguinte, ou fornecer transporte próprio que atenda os respectivos deslocamentos.
- i) Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos pessoais e materiais que, comprovadamente, vierem a ocorrer em prejuízo do patrimônio da CONTRATANTE e/ou a terceiros, por ação ou omissão (culposa ou dolosa) de seus empregados, durante a prestação dos serviços.
- j) Arcar com os valores correspondentes ao dano e/ou prejuízo causado por seus empregados, através de descontos no pagamento a ser efetuado pela CONTRATANTE.
- k) Notificar a CONTRATANTE, por escrito, sobre todas as ocorrências que possam vir a embarçar os serviços contratados.
- l) Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até as dependências da CONTRATANTE, e vice-versa, por meios próprios, em caso de paralisação dos transportes coletivos, salvo por autorização expressa da CONTRATANTE para liberação dos postos durante o período mediante posterior compensação ou desconto em fatura.
- m) Providenciar e transportar, por meios próprios, todos os materiais de uso individual necessários à execução do serviço.
- n) Apresentar relatório com escala de férias de seus empregados, com antecedência de 4 (quatro) meses, ao fiscal/gestor do contrato.
- o) Fornecer a seus empregados crachás de identificação, conforme estabelecido neste Edital.

- p) Orientar seus empregados quanto ao sigilo profissional que deverá ser mantido em relação às informações que venham a ter acesso.
- q) A CONTRATADA deverá realizar o pagamento de diárias, com antecedência de, no mínimo, 24 horas à realização de viagem de trabalho, aos seus empregados que prestam serviços à CONTRATANTE, nos termos da respectiva Convenção Coletiva de Trabalho, do Edital (e seus Anexos) e da legislação aplicável.
- r) Não permitir que seus empregados executem quaisquer outras atividades alheias às suas atribuições durante a jornada de trabalho.
- s) Emitir nota fiscal correspondente aos serviços prestados nos postos implementados.
- t) Encaminhar, quando solicitado e a qualquer tempo, documentos que sejam necessários para fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e contratuais.
- u) Assumir todos os encargos de eventuais demandas judiciais relacionadas aos serviços.
- v) Observar e fazer cumprir as especificações básicas dos serviços e atribuições dos profissionais descritas no Anexo II - A.
- w) Oferecer garantia contratual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, nos moldes especificados no Edital e no contrato, durante toda a execução do contrato, incluindo nas suas prorrogações.
- x) Nos casos de seguro-garantia, quando da prorrogação ou alteração no valor do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato que houve a efetiva prorrogação da garantia.
- y) Responsabilizar-se pelo atendimento às Convenções Coletivas de Trabalho adotadas pelos respectivos sindicatos e demais normas legais vigentes.
- z) No primeiro mês da prestação dos serviços, ou quando houver a troca ou apresentação de um novo colaborador, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
  - i. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com comprovação do registro profissional, quando for o caso;
  - ii. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos, devidamente assinada pela CONTRATADA;
  - iii. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços; e
  - iv. Comprovante de escolaridade, acompanhado de currículo, compatíveis com a função.
- aa) Mensalmente, anterior à emissão da Nota Fiscal da competência, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

- i. Cópia do registro de ponto dos empregados;
  - ii. Cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
  - iii. Cópia dos contracheques dos empregados
  - iv. Cópia de recibos de depósitos bancários;
  - v. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho;
  - vi. Comprovante de pagamento INSS (DARF/GPS) e FGTS (GRF);
  - vii. Comprovantes de recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários de cada colaborador.
  - viii. Relatório nominal constando as férias, faltas, atestados, licenças dos empregados, acompanhado de planilha para o cálculo da glosa.
- bb) Apresentar quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, ou quando houver a demissão de algum empregado:
- i. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
  - ii. Comprovante de pagamento das rescisões;
  - iii. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
  - iv. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
  - v. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados; e
  - vi. Comprovante de aviso prévio, quando couber.
- cc) Comunicar o CONTRATANTE, de imediato, a ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão de funcionário, para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do contratante, porventura colocados à disposição para realização dos serviços contratados.
- dd) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.
- ee) Cumprir as exigências legais de reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, podendo a Administração, a qualquer tempo, verificar o

cumprimento da exigência no site do Ministério do Trabalho e Emprego (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>).

- ff) Aceitar, mediante Termo Aditivo e nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

O presente contrato poderá ser extinto, por ato unilateral da Administração ou consensualmente, com fundamento no artigo 137 e seguintes da Lei n. 14.133/2021.

**Parágrafo Único.** A CONTRATADA terá direito à rescisão nas hipóteses previstas no § 2º do artigo 137, da Lei n. 14.133/2021, respeitadas as situações previstas no § 3º do artigo 137.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, DAS COMUNICAÇÕES, DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS**

A CONTRATADA compromete-se a seguir a Política de Segurança da Informação, das Comunicações, da Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Contas de Santa Catarina e as orientações formuladas pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação, Privacidade e Proteção de Dados (CGSIPD), instituído pela Portaria n. TC-149/2020 (e suas alterações).

**§ 1º** Em relação aos dados pessoais tratados e processados na prestação do serviço e/ou fornecimento objeto deste Edital, a CONTRATADA obriga-se a observar e cumprir com as obrigações contidas na Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e com as disposições previstas no Edital e no Termo de Referência **(Anexo II)**.

**§ 2º** A Contratada se certificará que seus empregados, representantes e prepostos agirão de acordo com o instrumento convocatório, este contrato, as leis de proteção de dados e as instruções transmitidas pelo TCE/SC.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA INTEGRIDADE E ANTICORRUPÇÃO**

A Contratada declara, sob as penas da lei e para todos os fins deste contrato e do processo licitatório, que:

- a) Não praticou e não praticará nenhum ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013 e demais legislações anticorrupção vigentes.
- b) Não solicitou, exigiu, cobrou, obteve ou obterá, para si ou para outrem, vantagem indevida ou promessa de vantagem indevida, a pretexto de influir em ato praticado por agente público ou privado. Declara ainda que nenhum favorecimento, taxa, dinheiro ou qualquer outro objeto de

valor foi ou será pago, oferecido, doado ou prometido por qualquer de seus agentes, empregados, prepostos ou representantes, direta ou indiretamente.

- c) Não financiou, custeou, patrocinou ou de qualquer modo subvencionou, nem financiará, custeará, patrocinará ou subvencionará a prática de atos ilícitos previstos na legislação vigente
- d) Não utilizou e não utilizará interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.
- e) Não frustrou, fraudou ou fraudará, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do certame, nem impediu, perturbou ou fraudará a realização de qualquer ato do processo de licitação e contratação, nem afastou ou procurou afastar qualquer licitante do certame, por meio de fraude ou vantagem indevida de qualquer tipo.
- f) Não fraudou e não fraudará o contrato, nem criou ou criará, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar da licitação pública ou contrato administrativo.
- g) Não obteve e não obterá vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações a serem eventualmente realizadas no contrato, nem manipulará ou fraudará o equilíbrio econômico-financeiro deste contrato.

**Parágrafo único.** O descumprimento desta cláusula pela CONTRATADA, seus colaboradores, empregados ou dirigentes, ressalvadas as demais hipóteses de rescisão previstas em lei ou neste instrumento, conferirá à CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato imediatamente, sem prejuízo da responsabilização civil e administrativa cabível.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA COM O CÓDIGO DE ÉTICA E COM A POLÍTICA DE PREVENÇÃO AO ASSÉDIO**

A CONTRATADA declara ter plena ciência do Código de Ética e Conduta dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), aprovado pela Resolução N. TC-252/2024, bem como da Política de Prevenção e de Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, aprovada por meio da Resolução N.TC-254/2024, e compromete-se a observar os princípios e normas de conduta dispostos nos referidos instrumentos durante toda a vigência deste contrato, quando aplicável.

**§ 1º** O descumprimento de qualquer dispositivo previsto no Código e na Política poderá ser considerado falta grave e ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

**§ 2º** A CONTRATADA reconhece que a observância dos princípios éticos e das normas de conduta previstas no Código e na Política é fundamental para a manutenção de um ambiente íntegro, transparente e respeitoso, contribuindo para a boa execução do objeto contratual e para a imagem do TCE/SC.

§ 3º Em caso de dúvidas sobre a interpretação ou aplicação dos referidos instrumentos, a CONTRATADA deverá buscar esclarecimentos junto ao Gestor do Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES**

O representante do CONTRATANTE, para os fins deste contrato, é o titular da Diretoria de Administração e Finanças (DAF), o gestor é o titular da Coordenadoria de Planejamento Orçamentário e Gestão Administrativa (DAF/CPOG) e o fiscal é o titular da Divisão de Serviços Terceirizados (DAF/CPOG/DIST), cabendo à contratada indicar preposto para representá-la, no caso de o seu preposto divergir do representante legal.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

Fica eleito o foro da cidade de Florianópolis, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais, pertinente à execução presente contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente contrato digitalmente.

Florianópolis, ... de ..... de 2026.

**CONTRATANTE**

**CONTRATADA**



## ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de mão de obra relativos aos postos de trabalho de apoio administrativo para o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, incluindo despesas eventuais decorrentes de viagens dos postos de trabalho.

ITEM	POSTO	CBO	CARGA HORÁRIA	QTDE
1	Arquivista	2613-05	6h	2
2	Bibliotecário	2612-05	6h	3
3	Assistente Social - I	2516-05	6h	2
4	Assistente Social - II	2516-05	4h	2

### 1.2 Natureza do Objeto:

1.2.1 O objeto da licitação tem natureza de serviço comum, continuado, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra com definição de salário-mínimo para postos de trabalho alocados nos perfis profissionais correspondentes.

### 2. JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar.

### 3. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Os serviços serão prestados na Sede Administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, regra geral, de segunda a sexta-feira, a depender da necessidade da instituição e respeitando a jornada máxima de cada categoria profissional, entre 06h00 e 22h00.

3.1.1 Excepcionalmente, poderá ser elaborada escala de trabalho que compreenderá feriados e finais de semana por conta da necessidade de prestação contínua dos serviços pelo TCE/SC, cumpridas as disposições na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), respectiva Convenção (CCT) ou Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

3.2 No caso de realocação ou alteração na quantidade de postos contratados, a CONTRATADA deverá ser cientificada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

3.3 A carga horária diária poderá ser estendida ou reduzida, no interesse da Administração, desde que observado o disposto no tópico 09 deste Termo de Referência (da Jornada de Trabalho).

#### **4. DA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA E DO PREENCHIMENTO DAS PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

4.1. A licitante melhor classificada no certame deverá apresentar a proposta de preço resumida, conforme Anexo II - D "Valores Máximos e Modelo de Proposta de Preços Resumida" deste Termo de Referência e a planilha de custos e formação de preços para cada posto de trabalho, conforme modelo disposto no Anexo II - B "Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços".

4.1.1 O preço apresentado pelas licitantes para cada categoria profissional deverá incluir todos os custos relacionados com a remuneração, contribuições sociais e trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, alimentação, além das despesas com fornecimento de treinamento e todos os demais custos diretos e indiretos, tais como: despesas administrativas, lucro e demais insumos necessários à execução do contrato.

4.1.2. A planilha de custos e formação de preços (Anexo II - B) visa identificar os elementos e os componentes da proposta de preços da licitante, possibilitando a verificação da exequibilidade da proposta, bem como servir de base para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato a ser celebrado.

4.2. A proposta deverá ser elaborada considerando a Convenção Coletiva de Trabalho aplicável à categoria envolvida na contratação, assim como, obrigatoriamente, o valor do salário-base mínimo e do auxílio-alimentação fixados no Anexo II - C.

4.2.1 Serão desclassificadas as propostas que não respeitarem o valor do salário-base mínimo e do auxílio-alimentação fixados.

4.3. A planilha de custos e formação de preços apresentada como modelo neste Termo de Referência (Anexo II - B) é exemplificativa e não taxativa, podendo cada licitante elaborar sua própria Planilha, desde que nela constem todos os custos nos respectivos Módulos de forma a padronizar a apresentação e o julgamento das propostas.

4.3.1. Os licitantes deverão cotar o preço mensal de cada posto para a execução dos serviços especificados neste edital.

4.3.2. Nos casos em que forem detectados erros e/ou inconsistências nas planilhas apresentadas, durante a fase de aceitabilidade da proposta, o TCE/SC poderá determinar à licitante vencedora, mediante diligência, a promoção de ajustes para refletir fielmente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto.

4.4. Juntamente com a planilha de custos e formação de preços (Anexo II - B) deverão ser apresentadas memórias de cálculo detalhadas que contenham a metodologia e as fórmulas adotadas pela licitante para obtenção dos valores propostos.

4.5. A planilha de custos e formação de preços deverá indicar: o sindicato e as negociações coletivas referentes a cada categoria profissional, sua data base e vigência, bem como o código relativo à Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.5.1. A ausência das informações exigidas no subitem (4.5) anterior, quando inviabilizar ou dificultar a análise das planilhas pela instituição, poderá acarretar a desclassificação da proposta da licitante.

4.6. O vale-transporte fornecido ao funcionário pela CONTRATADA, de acordo com o Decreto n. 10.854, de 10/11/2021, deve constar na planilha de composição de preços.

4.7. Nos casos de inserção na proposta de valor referente a benefícios, como assistência médica e

odontológica, que não forem instituídos por lei, sentença normativa ou negociação coletiva, a licitante deverá apresentar os documentos comprobatórios/memórias de cálculo que serviram de base para a definição desses valores em sua planilha.

4.8. Deverão ser observados os valores, percentuais e benefícios exigidos em normas gerais e específicas aplicáveis, em especial aqueles estabelecidos na legislação vigente relativos ao recolhimento dos encargos sociais.

4.9. Quando da definição do percentual do seguro acidente de trabalho – SAT, as licitantes deverão observar as disposições do Decreto nº 6.957/2009 e dentre outras que porventura tenham sido editadas até o momento da formulação de sua proposta, devendo aplicar o fator acidentário de prevenção – FAP, definido pelo Ministério da Previdência Social, de acordo com o seu CNPJ.

4.10. No preenchimento do item “Riscos Ambientais do Trabalho - RAT” da planilha de custos e formação de preços, a licitante deverá considerar o valor de seu FAP, o qual será comprovado no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da FAPWEB ou outro documento apto a fazê-lo.

4.11. Na formulação de sua proposta, a empresa deverá observar ainda o regime de tributação ao qual está submetida.

4.11.1 Não há restrição à participação de ME/EPP optantes pelo Simples Nacional, entretanto, a proposta de preços deverá ser formulada considerando o futuro desenquadramento do Simples Nacional, caso seja declarada vencedora, a partir do mês subsequente ao da contratação, conforme entendimento consolidado do TCE/SC e do TCU (Acórdão Plenário n. 2798/2012; n. 341/2012) c/c art. 17 da LC n. 123/2006.

4.12. Na elaboração da proposta, os custos com os tributos IRPJ e CSLL devem ser embutidos no bojo do Lucro vedada a inclusão de rubrica destacada (Súmula 254/TCU).

4.13. Por ocasião da análise das planilhas apresentadas, o TCE/SC poderá solicitar à licitante a apresentação de informações/esclarecimentos, documentos e/ou quaisquer outros elementos tidos como necessários para certificação dos preços componentes das planilhas.

4.14. Durante a execução do contrato, os valores relativos ao pagamento de diárias serão realizados mensalmente, sob demanda, condicionado à comprovação do efetivo pagamento do repasse ao empregado e desde que cumpridas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.

4.15 Para aqueles postos que fizerem jus, deverá ser previsto o pagamento de adicional de insalubridade/periculosidade, conforme disposto na respectiva Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e/ou sedimentado por entendimento jurisprudencial e laudo pericial.

4.16 Está dispensado o uso de uniforme para os postos de trabalho dessa contratação, portanto, este item não deve fazer parte da planilha de custos.

## **5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados e cumprir fielmente as obrigações contratuais, a legislação vigente e as especificações deste Edital e seus anexos, de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição.

5.2 Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação necessárias para a contratação com a Administração.

5.3 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, o Contrato, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada.

5.4 Suportar todos os encargos envolvidos no objeto contratado, bem como os decorrentes do cumprimento da legislação aplicável à execução dos serviços, especialmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, de segurança e medicina do trabalho, bem como a legislação municipal sob pena de, sem qualquer incidência de juros ou multa ou qualquer ônus para a CONTRATANTE, ter o pagamento suspenso referente ao respectivo posto de trabalho, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, especificadas no Edital e no contrato.

5.5 Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus funcionários aos pagamentos das notas fiscais pela CONTRATANTE.

5.6 Submeter, até o 10º (décimo) dia útil do início da execução do contrato para conferência e identificação pela fiscalização da CONTRATANTE, as CTPS devidamente preenchidas e assinadas, juntamente com a relação nominal dos empregados que atuarão na execução dos serviços, mencionando os respectivos endereços e telefones residenciais e celulares, atualizando prontamente quaisquer alterações desses dados, observando também as obrigações do item 5.26.

5.7 A obrigação estabelecida no item anterior (item 5.6), dar-se-á sempre que houver demissão/admissão/cobertura de novos empregados para prestação dos serviços constantes deste Termo de Referência.

5.8 Pagar, no prazo legal, os salários dos empregados envolvidos nas atividades contratadas e fornecer, até o último dia do mês, vale-transporte e auxílio alimentação, neste último caso, quando aplicável, correspondente ao mês seguinte, ou fornecer transporte próprio que atenda os respectivos deslocamentos.

5.9 Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos pessoais e materiais que, comprovadamente, vierem a ocorrer em prejuízo do patrimônio da CONTRATANTE e/ou a terceiros, por ação ou omissão (culposa ou dolosa) de seus empregados, durante a prestação dos serviços.

5.10 Arcar com os valores correspondentes ao dano e/ou prejuízo causado por seus empregados, através de descontos no pagamento a ser efetuado pela CONTRATANTE.

5.11 Notificar a CONTRATANTE, por escrito, sobre todas as ocorrências que possam vir a embarçar os serviços contratados.

5.12 Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até as dependências da CONTRATANTE, e vice-versa, por meios próprios, em caso de paralisação dos transportes coletivos, salvo por autorização expressa da CONTRATANTE para liberação dos postos durante o período mediante posterior compensação ou desconto em fatura.

5.13 Providenciar e transportar, por meios próprios, todos os materiais de uso individual necessários à execução do serviço.

5.14 Apresentar relatório com escala de férias de seus empregados, com antecedência de 4 (quatro) meses, ao fiscal/gestor do contrato.

5.15 Fornecer a seus empregados crachás de identificação, conforme estabelecido neste Edital.

5.16 Orientar seus empregados quanto ao sigilo profissional que deverá ser mantido em relação às informações que venham a ter acesso.

5.17 A CONTRATADA deverá realizar o pagamento de diárias, com antecedência de, no mínimo, 24 horas à realização de viagem de trabalho, aos seus empregados que prestam serviços à CONTRATANTE, nos termos da respectiva Convenção Coletiva de Trabalho, do Edital (e seus Anexos) e da legislação aplicável.

5.18 Não permitir que seus empregados executem quaisquer outras atividades alheias às suas atribuições durante a jornada de trabalho.

5.19 Emitir nota fiscal correspondente aos serviços prestados nos postos implementados.

5.20 Encaminhar, quando solicitado e a qualquer tempo, documentos que sejam necessários para fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e contratuais.

5.21 Assumir todos os encargos de eventuais demandas judiciais relacionadas aos serviços.

5.22 Observar e fazer cumprir as especificações básicas dos serviços e atribuições dos profissionais descritas no Anexo II - A.

5.23 Oferecer garantia contratual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, nos moldes especificados no Edital e no contrato, durante toda a execução do contrato, incluindo nas suas prorrogações.

5.24 Nos casos de seguro-garantia, quando da prorrogação ou alteração no valor do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato que houve a efetiva prorrogação da garantia.

5.25 Responsabilizar-se pelo atendimento às Convenções Coletivas de Trabalho adotadas pelos respectivos sindicatos e demais normas legais vigentes.

5.26 No primeiro mês da prestação dos serviços, ou quando houver a troca ou apresentação de um novo colaborador, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

5.26.1 Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com comprovação do registro profissional, quando for o caso;

5.26.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos, devidamente assinada pela CONTRATADA;

5.26.3 Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços; e

5.26.4 Comprovante de escolaridade, acompanhado de currículo, compatíveis com a função.

5.27 Mensalmente, anterior à emissão da Nota Fiscal da competência, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

5.27.1 Cópia do registro de ponto dos empregados;

5.27.2 Cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

5.27.3 Cópia dos contracheques dos empregados

5.27.4 Cópia de recibos de depósitos bancários;

5.27.5 Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-

alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho;

5.27.6 Comprovante de pagamento INSS (DARF/GPS) e FGTS (GRF);

5.27.7 Comprovações de recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários de cada colaborador.

5.27.8 Relatório nominal constando as férias, faltas, atestados, licenças dos empregados, acompanhado de planilha para o cálculo da glosa.

5.28 Apresentar quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, ou quando houver a demissão de algum empregado:

5.28.1 Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

5.28.2 Comprovante de pagamento das rescisões;

5.28.3 Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

5.28.4 Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

5.28.5 Exames médicos demissionais dos empregados dispensados; e

5.28.6 Comprovante de aviso prévio, quando couber.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela licitante;

6.2 Franquear o acesso dos representantes da CONTRATADA às instalações e equipamentos da CONTRATANTE, quando for necessário à execução dos serviços contratados;

6.3 Pagar mensalmente a CONTRATADA na forma estipulada neste termo de referência e no contrato a ser firmado;

6.3.1 Os valores destinados a título de diárias quitadas antecipadamente pela contratada aos empregados que prestam serviço à CONTRATANTE, serão pagos como custo do serviço da empresa, mediante apresentação de nota fiscal.

6.3.1.1 Os valores de diárias a serem pagas pela CONTRATADA aos seus empregados será o valor equivalente aos valores pagos aos servidores do TCE/SC, fixados por meio da Portaria TC n. 352/2025 ou outra que a substitua, com os devidos reajustes concedidos.

6.3.1.2 Caberá à CONTRATADA a responsabilidade pela análise da prestação de contas das diárias pagas aos seus empregados, assim como a apresentação do respectivo comprovante de pagamento à CONTRATANTE.

6.3.1.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE os documentos previstos no item anterior, antes da emissão da nota fiscal mensal para pagamento.

6.3.1.4 O empregado não fará jus ao pagamento de diária quando tratar-se de deslocamento para municípios limítrofes dentro da mesma região metropolitana.

6.4 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.5 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.6 Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

6.6.1 O pagamento dos salários, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação, e outras obrigações trabalhistas, quando forem devidas;

6.6.2 O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

6.6.3 A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional; e

6.6.4 O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados.

## **7. DOS PROFISSIONAIS**

7.1 Os serviços deverão ser exercidos por profissionais contratados pela licitante, mediante comprovada habilitação e experiência, os quais deverão garantir a adequada e plena execução de todas as atividades de forma permanente, de acordo com o Anexo II - A do Termo de Referência.

7.1.1 Os funcionários deverão ser orientados a apresentar-se devidamente aseados, portando crachá de identificação em local visível.

7.2 Os serviços deverão ser prestados de acordo com as determinações da CONTRATANTE, observadas as normas e procedimentos técnicos, de qualidade, de segurança e de preservação do meio ambiente.

7.2.1 A CONTRATADA deverá instruir seus funcionários a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os quanto a limitação de atribuição de cada função. Deve, ainda, a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

7.3 A CONTRATANTE poderá solicitar que seja substituído do posto de serviço o profissional que não se portar convenientemente ou que não atender a execução dos serviços e os interesses da administração.

7.4 A substituição de profissionais que exercerão os serviços pela CONTRATADA deve ser comunicada previamente, por escrito, à CONTRATANTE.

7.4.1 Quando a substituição se der a pedido da CONTRATANTE, nos termos do item 7.3, a solicitação deverá ser realizada por escrito.

7.5 Os profissionais disponibilizados pela CONTRATADA devem estar aptos a realizar todas as atividades constantes das atribuições dos postos no Anexo II - A.



7.6 A CONTRATADA deverá realizar, por meios próprios ou por subcontratação, curso de reciclagem aos empregados, periodicamente, devendo a participação de cada profissional ter o intervalo máximo de dois anos, sem que isso implique em ônus à CONTRATANTE ou aos empregados da CONTRATADA.

7.6.1 Os treinamentos de reciclagem devem abranger o desenvolvimento continuado do profissional, com novos usos de metodologias e práticas dentro da sua área de competência ou a temas de relevância, visando a atualização e aperfeiçoamento profissional.

7.7 A fim de melhor aproveitar a mão de obra e mediante justificativa, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a realização de Capacitação e/ou Treinamento para aqueles postos em que as atividades não estejam sendo desempenhadas a contento ou haja mudança em relação às normas para a prestação do serviço, sem qualquer ônus à CONTRATANTE ou aos Colaboradores.

7.8 Os profissionais disponibilizados pela CONTRATADA que pertençam a profissões regulamentadas deverão estar regularmente registrados e em dia com seu conselho profissional.

## **8. DA JORNADA DE TRABALHO**

8.1 A escala de trabalho diária dos colaboradores será definida conforme demanda do serviço e poderá ser antecipada ou prolongada de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, respeitando-se a jornada de trabalho semanal fixada para cada posto, conforme quadro de distribuição antevisto no item 1 deste Termo de Referência, e dentro dos parâmetros estabelecidos por Convenção Coletiva de Trabalho, pela legislação e por este Edital.

8.1.1 O horário para o início e fim da jornada de trabalho diária dos colaboradores será definida mediante a oportunidade e conveniência da Administração, a fim de atender a demanda do serviço.

8.1.2 Excepcionalmente e quando a prestação do serviço admitir, sem prejuízo para a Administração, será admitida a realização do trabalho de forma remota, mediante: (i) autorização da Diretoria-Geral de Administração do TCE/SC; (ii) acordo entre Gestão do Contrato e empresa CONTRATADA a fim de fixar as condições e parâmetros para controle de jornada e (iii) motivação da medida, respeitando, sempre, a legislação vigente.

8.2 Deverá ser concedido intervalo para repouso ou alimentação de, no mínimo, 01 (uma) hora para os casos de trabalho contínuo que exceda 06 (seis) horas e de 15 (quinze) minutos de intervalo para aquele que ultrapasse 04 (quatro) horas e não exceda 06 (seis) horas, nos termos do artigo 71 da CLT.

8.3 A CONTRATADA deverá providenciar a instalação de dispositivo eletrônico de registro de ponto para o controle de frequência, o qual deve estar devidamente instalado a partir do primeiro dia de execução do contrato. O sistema de registro de ponto deve obedecer às normas esculpidas na Portaria/MTP Nº 671, de 8 de novembro de 2021, do Ministério do Trabalho e Previdência.

8.3.1 Os relatórios de registro de ponto deverão ser mensais, iniciando no dia 1º e terminando no último dia de cada mês (28, 29, 30 ou 31).

8.3.2 Caso haja liberação de posto para trabalho remoto, a forma de controle de ponto deverá ser previamente ajustada entre a gestão do contrato e a empresa CONTRATADA, respeitando a legislação vigente.

8.4 A CONTRATADA deverá realizar, todas as segundas-feiras, o fechamento do horário de trabalho de cada terceirizado relativo à prestação do serviço realizado na semana anterior.

8.4.1 O horário deverá ser computado em formulário próprio ou planilha de controle, onde deverá constar o nome completo do profissional, data e horário de entrada/saída e horário total laborado no dia, e, hora excedente, se houver.

8.4.2 A CONTRATADA deverá fornecer o relatório previsto no item 8.4.1 uma vez ao mês à fiscalização do contrato, junto com os demais documentos para a fiscalização do cumprimento de suas obrigações.

8.5 O acompanhamento do controle de frequência será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo ser comprovado por meio de controle eletrônico, salvo nas hipóteses previstas no item 8.1.2, quando assim for estabelecido pela gestão do contrato.

8.6 Na hipótese de ausência, férias e atestados, não deverá ocorrer a substituição do posto, pois será realizado desconto proporcional aos dias em que o posto de trabalho restou desguarnecido.

8.6.1 Para apuração do valor diário a ser descontado, toma-se o valor total pago pela Administração referente ao posto utilizando-se como divisor o número de dias efetivos do mês em referência.

8.7 A aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto (home office) é de responsabilidade do CONTRATANTE.

8.7.1 A CONTRATADA será responsável pelo equipamento disponibilizado pela CONTRATANTE, obrigando-se, em caso de roubo, furto, perda, extravio, dano ou destruição, ainda que parcial, a ressarcir a CONTRATANTE pelos valores de mercado atualizado dos mesmos.

## **9. DA COMPENSAÇÃO DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS**

9.1 Caso não haja determinação em contrário na legislação trabalhista ou nas negociações coletivas de trabalho, poderá ocorrer a compensação de horas laboradas extraordinariamente, nos termos do artigo 59, § 5º, da CLT. A compensação dar-se-á, preferencialmente, dentro do mês que foram realizadas as horas extras trabalhadas ou, na sua impossibilidade, nos meses subsequentes.

9.2 A compensação das horas extraordinárias será responsabilidade da CONTRATADA e realizada desde que cumpridos o que segue:

a) A compensação das horas ocorrerá de acordo com o interesse da Administração; podendo, inclusive, serem prestadas aos sábados, domingos e feriados, observado o horário limite até às 22h, para que não ocorra a obrigação de pagamento de adicional noturno.

b) A CONTRATADA deverá apresentar documento comprobatório de acordo de compensação de horas.

c) A CONTRATADA será responsável pelo controle do banco de horas de cada empregado, devendo apresentar relatórios sempre que solicitado pela fiscalização do contrato.

d) As horas trabalhadas deverão ser creditadas no banco de horas a favor da CONTRATADA.

e) Nos casos de recesso e pontos facultativos estabelecidos pela Presidência do TCE/SC, bem como na hipótese de casos fortuitos ou por motivo de força maior, a CONTRATANTE poderá dispensar os empregados da CONTRATADA. Entretanto, conforme conveniência e oportunidade, fica à critério da Administração a possibilidade de compensação das respectivas horas.

9.3 A ocorrência de recesso, feriados exclusivos da CONTRATANTE ou ponto facultativo

compreendido em dias úteis, não implicará, necessariamente, interrupção dos serviços, reservando-se à Administração o direito de exigí-los, de acordo com a conveniência e a necessidade.

9.4 As horas colocadas à disposição deste Órgão deverão ser, necessariamente, compensadas ou descontadas da nota fiscal mensal, pois, em regra, não haverá o pagamento de horas-extras.

9.5 Não será permitido que os empregados da Contratada realizem horas-extras, exceto quando comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.

## **10. RESERVA DE VAGAS**

10.1 Por força da Lei Estadual 17.292/2017, a CONTRATADA deverá reservar 10% (dez por cento) do total de vagas de trabalho fixadas neste Termo de Referência às pessoas com deficiências, observando a compatibilidade entre a deficiência e as funções do cargo.

10.2 O percentual estabelecido no item anterior poderá vir a ser alterado em virtude de regulamentação legal posterior ao certame e à assinatura do contrato.

## **11. DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO**

11.1 O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 10 (dez) anos, com base no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

11.2 Após a assinatura do Contrato, será agendada pelo gestor reunião inicial para definir os postos que deverão ser preenchidos e demais condições relativas à execução do Contrato.

## **12. DA OCUPAÇÃO DOS POSTOS**

12.1 Considerando que a quantidade total de postos é estimada, sendo estes preenchidos sob demanda e quando apurada a necessidade pela Administração, a ocupação será realizada mediante expedição de Ordem de Serviço para ocupação de posto pela CONTRATANTE.

12.1.1 A partir da emissão de Ordem de Serviço para ocupação de posto, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 15 dias, prorrogáveis por igual período mediante justificativa, para que o novo posto seja preenchido.

12.2 Para fins de organização e recebimento adequado da mão de obra, tem-se uma estimativa de ocupação inicial de 5 postos previstos para atendimento imediato das necessidades do TCE/SC.

## **13. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

13.1 A emissão da Nota Fiscal deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

13.2 No prazo de até 10 dias corridos do adimplemento da prestação do serviço mensal, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações contratuais.

13.3 Deverá a CONTRATADA apresentar, mensalmente, durante a execução contratual e sempre que solicitado pela Administração, toda a documentação fiscal e trabalhista pertinente, incluindo

aquela relativa à sua habilitação, bem como os comprovantes de recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e aqueles relacionados à legislação de segurança e medicina do trabalho e à legislação municipal incidentes sobre o objeto contratado.

13.4 O recebimento será realizado pelo fiscal após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

13.4.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal realizará a apuração da execução do objeto e a conferência da documentação referente à comprovação do recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais.

13.4.2 O prazo de até 15 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal ou a equipe de fiscalização deverá encaminhar o ateste da execução dos serviços, assim como do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciários pela CONTRATADA, e encaminhá-lo ao Gestor do Contrato.

## 14. DO PAGAMENTO

14.1 A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

14.2 O pagamento fica condicionado ao envio, pela CONTRATADA, até 48 horas após recebimento definitivo do serviço, da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada das certidões negativas de débitos federal, estadual, municipal, trabalhista, falência e concordata; das certidões de regularidade do FGTS e INSS, observando o disposto na Instrução Normativa Receita Federal do Brasil nº 2043/2021.

14.3 O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE no prazo de até 5 dias úteis do recebimento definitivo do objeto.

## 15. DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1 Para fins de garantia da execução do contrato, a CONTRATADA deverá optar por umas das modalidades previstas no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/21, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do total do Contrato, e apresentá-la no prazo de 5 dias contados da data da homologação da licitação, como condição indispensável para assinatura do contrato, salvo no caso de seguro-garantia, cujo prazo será de 30 dias, conforme disposto pelo § 3º do art. 96, da Lei n. 14.133/2021.

## 16. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

16.1 Além da habilitação jurídica, fiscal e trabalhista descrita no Edital, em relação à **qualificação econômico-financeira**, a licitante melhor classificada deverá apresentar:

16.1.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. Na hipótese em que a certidão não apresente prazo de validade expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

16.1.1.1 Para as licitantes que participarem através de filial, deverão, igualmente, apresentar certidão negativa da comarca em que se encontrar instalada esta filial.

16.1.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, os quais deverão estar devidamente datados e

assinados pelo representante legal da empresa e por profissional da contabilidade legalmente habilitado, conforme Normas do Conselho de Contabilidade.

16.1.2.1 Os documentos exigidos no item 16.1.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

16.1.2.2 As empresas constituídas no mesmo exercício social desta licitação, deverão apresentar Balanço de Abertura, juntamente com as cópias autenticadas das folhas do Livro Diário, onde os mesmos se encontram transcritos e dos termos de abertura e encerramento do respectivo livro comprovadamente registrado no órgão legal.

16.1.3 A situação financeira da empresa licitante será conferida pela apuração do Índice de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), restando habilitada a empresa cujo fator resultar no valor igual ou superior a 1,00 (um), representado pelas seguintes fórmulas:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

16.1.4 – As licitantes deverão apresentar os cálculos do Índice de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), com os respectivos resultados, os quais deverão ser firmados por contador legalmente habilitado, sob sua responsabilidade.

16.2 Em relação à **qualificação de capacidade técnico-operacional**, a licitante melhor classificada deverá apresentar:

16.2.1 Atestado(s) ou certidão(ões) que demonstre(m) a capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços pertinente e compatível com o objeto desta licitação, indicando o endereço referente aos serviços prestados, de forma a permitir possível diligência para esclarecimentos. O(s) Atestado(s) ou certidão(ões) deverão conter a comprovação mínima da quantidade de 4 postos. Serão aceitos o somatório de Atestados, desde que executados simultaneamente.

16.2.1.1 Caso a licitante apresente mais de 01 (um) atestado para comprovação da quantidade exigida, estes deverão comprovar que os serviços foram executados de forma concomitante, haja vista a complexidade do objeto decorrer da sua dimensão quantitativa.

16.2.1.2 Considerando se tratar de serviços contínuos, os atestados, em períodos sucessivos ou não, deverão comprovar o prazo de execução de, no mínimo, 1 (um) ano de prestação de serviços. Será admitida a apresentação de mais de um atestado, desde que referentes a períodos sucessivos não concomitantes.

16.2.1.3 O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente da empresa.

16.2.1.4 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, em consonância com o item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5, de 2017, utilizado como referência de boa prática para o presente certame.

16.2.1.5 O LICITANTE disponibilizará, caso solicitado em diligência, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços.

## **17. DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO DO CONTRATO**

17.1 Os preços do contrato serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, a cada 12 meses, com data vinculada:

I - à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

II - ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

17.2 Para fins de composição de custos, reajuste e repactuação, os custos serão divididos em seis módulos, conforme Anexo II - B, e serão alterados nos seguintes termos:

17.2.1 Os Módulos 1 (Remuneração), 2 (Encargos sociais e trabalhistas) e o Submódulo 2.3 (Auxílio-Alimentação) serão atualizados a partir da data estipulada no acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho da categoria, com base nos índices e valores nela estabelecidos, nos termos autorizados pela legislação em vigor.

17.2.2 O Módulo 5 (insumos) será reajustado de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor – IPCA, disponibilizado pelo IBGE, ou outro que vier a substituí-lo por determinação legal.

17.2.3 O item Transporte do Submódulo 2.3 será reajustado com base na alteração real da tarifa de transporte do município de Florianópolis/SC.

17.2.4 Os demais itens que compõe Submódulo 2.3, serão reajustados conforme acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho da categoria ou, caso não sejam previstos índices específicos, será aplicado o reajuste nos moldes do item 17.2.2.

17.3 Os valores relativos ao Módulo 6 serão alterados em face da repactuação e do reajuste previstos nos incisos anteriores, sendo, obrigatoriamente, aplicados sobre estes os mesmos percentuais constantes da proposta apresentada na licitação.

17.3.1 Somente poderá ocorrer alteração nos percentuais relativos aos tributos, desde que alterados por legislação.

17.4 O valor da diária para ocupantes de Postos Terceirizados em viagem, tem como referência o piso de diárias estabelecido para os servidores do Tribunal de Contas, e será alterado nas mesmas datas e proporção.



17.5 As repactuações e reajustes serão precedidos de solicitação da CONTRATADA, a qual deverá ser realizada via documento formal, com identificação do número do contrato e endereçado ao fiscal/gestor do contrato.

17.5.1 A solicitação deverá ser acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, bem como o novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo que a fundamente.

17.6 É vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto se novo benefício for criado por lei ou acordo/convenção coletiva.

17.7 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação poderá ser dividida em tantos quantos forem os Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho das categorias envolvidas na contratação.

17.8 O contrato poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, baseando-se entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição pela CONTRATANTE para justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

17.9 A solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, disposta no item 17.8, deverá ser fundamentada e devidamente instruída com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, não sendo acolhido o pedido quando a contratada deixar de comprovar o desequilíbrio sofrido.

17.10 O reequilíbrio econômico, as repactuações e os reajustes a que a CONTRATADA fizer jus e que não forem solicitados durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão com a assinatura do aditivo que prorroga a vigência contratual ou com a sua extinção.

17.11 A CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado.

## **18. DA GESTÃO E DO FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

18.1 O gestor do contrato será o titular da Coordenadoria de Planejamento Orçamentário e Gestão Administrativa da Diretoria de Administração e Finanças (DAF/CPOG) e o fiscal será o titular da Divisão de Serviços Terceirizados (DAF/CPOG/DIST).

18.2 O responsável da CONTRATADA deverá nomear, formalmente, preposto. A indicação poderá ou não ser aceita pela CONTRATANTE. O preposto irá representá-la durante a execução do contrato.

18.3 A gestão e fiscalização do Contrato deverá seguir as diretrizes do Anexo IX da Resolução TC Nº 237/2023.

18.4 A fiscalização do contrato deverá acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços contratados, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

18.5 O fiscal anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos,



determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18.6 Os casos não abordados serão definidos pela Fiscalização, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços.

## **19. DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, DAS COMUNICAÇÕES, DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS**

19.1 A CONTRATADA se compromete a seguir a política de segurança da informação, das comunicações, da privacidade e proteção de dados do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e as orientações formuladas pelo Comitê Gestor de Segurança Da Informação, Privacidade e Proteção de Dados (CGSIPD), instituído pela Portaria n. TC-149/2020 (e suas alterações).

19.2 A CONTRATADA se certificará que seus empregados, representantes e prepostos agirão de acordo com o contrato, com as leis de proteção de dados e com as instruções transmitidas pela CONTRATANTE, assim como compromete-se nos termos do Anexo II - E do Termo de Referência.

## **20. PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

20.1 Para os postos de serviço: As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária Funcional Programática: 01.122.0935.0002, Projeto/Atividade 001858, Fonte: 1.500.100.000 Classificação Econômica: 33.90.37.01 para os itens 1, 2, 3 e 4.

20.2 Para as despesas com diárias decorrente de viagens: As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária Funcional Programática: 01.122.0935.0002, Projeto/Atividade 001858, Fonte: 1.500.100.000 Classificação Econômica: 33.90.39.99 para o item 5.

## **21. DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

21.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pela DAF/CPOG/DIST, subsidiado por Estudo Técnico Preliminar (ETP), estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência do TCE/SC.

## ANEXO II - A

### ATRIBUIÇÕES E DESCRIÇÃO DOS POSTOS

Atribuições comuns a todos os postos de trabalho:

- a) Exercer outros serviços inerentes a função desempenhada, em consonância ao estabelecido no respectivo Acordo ou Convenção Coletiva do Trabalho (CCT)
- b) Exercer as suas funções com cordialidade, gentileza, tolerância, ética e profissionalismo.
- c) Manter zelo e parcimônia quanto ao uso e consumo de insumos, materiais, bens ou equipamentos.
- d) Manter sigilo e preservar as informações relacionadas as suas atividades e ao Tribunal de Contas do Estado/SC.

Atribuições específicas de cada posto:

#### 1. Arquivista:

1.1 Requisitos: curso superior em arquivologia, experiência anterior na área.

1.2 CBO 2613-05

1.3 Atribuições gerais:

- i. Planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;
- ii. Planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;
- iii. Planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;
- iv. Planejamento, organização e direção de serviços ou centros de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;
- v. Planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;
- vi. Orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;
- vii. Orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;
- viii. Orientação da avaliação e seleção de documentos, par fins de preservação;
- ix. Promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;
- x. Elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;
- xi. Assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativas;
- xii. Desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes e;
- xiii. Desenvolver ações educativas.
- xiv. organizar documentação de arquivos institucionais e pessoais;
- xv. classificar, codificar e registrar documentos de arquivo;
- xvi. elaborar tabelas de temporalidade;
- xvii. estabelecer critérios de amostragem para guarda de documentos de arquivo;
- xviii. descartar documentos de arquivo;
- xix. classificar documentos por grau de sigilo;
- xx. elaborar plano de classificação; identificar fundos de arquivos;
- xxi. estabelecer plano de destinação de documentos;
- xxii. avaliar documentação; ordenar documentos;
- xxiii. consultar normas internacionais de descrição arquivística;
- xxiv. gerir depósitos de armazenamento;

- xxv. identificar a produção e o fluxo documental; identificar competências,
- xxvi. realizar pesquisa histórica e administrativa;
- xxvii. transferir documentos para guarda intermediária;
- xxviii. diagnosticar a situação dos arquivos;
- xxix. recolher documentos para guarda permanente;
- xxx. definir a tipologia do documento;
- xxxi. acompanhar a eliminação do documento descartado.
- xxxii. atender usuários;
- xxxiii. formular instrumentos de pesquisa;
- xxxiv. prover bancos de dados e/ou sistemas de recuperação de informação;
- xxxv. apoiar as atividades de consulta; (Pesquisas em sistemas informatizados ou diretamente no acervo, em atendimento às solicitações dos usuários.)
- xxxvi. realizar empréstimos de documentos e acervos;
- xxxvii. autenticar reprodução de documentos de arquivo;
- xxxviii. emitir certidões sobre documentos de arquivo;
- xxxix. fiscalizar a aplicação de legislação de direitos autorais, a reprodução e divulgação de imagens;
- xl. orientar o usuário quanto ao uso dos diferentes equipamentos e bancos de dados;
- xli. Disponibilizar os instrumentos de pesquisa na internet;
- xl.ii. fiscalizar empréstimos do acervo e documentos de arquivos;
- xl.iii. gerenciar atividades de consulta;
- xliv. conservar acervo e diagnosticar o estado de conservação do acervo;
- xl. v. estabelecer procedimentos de segurança do acervo;
- xl. vi. higienizar documentos/acervos;
- xl. vii. pesquisar materiais de conservação;
- xl. viii. monitorar programas de conservação preventiva do acervo;
- xl. ix. orientar usuários e funcionários quanto aos procedimentos de manuseio do acervo;
- l. monitorar as condições ambientais do acervo;
- li. controlar as condições de transporte, embalagem, armazenagem e acondicionamento;
- lii. definir especificações de material de acondicionamento e armazenagem;
- liii. desenvolver programas de controle preventivo de infestações químicas e biológicas do acervo;
- liv. acondicionar documentos/acervos;
- lv. auxiliar o projeto arquitetônico do arquivo;
- lvi. definir migração para outro tipo de suporte; supervisionar trabalhos de restauração;
- lvii. armazenar documentos/acervos;
- lviii. auxiliar no planejamento da alteração do suporte da informação, programas de conservação preventiva, ações educativas e/ou culturais, sistemas de recuperação de informação, a implantação de programas de gestão de documentos e de prevenção de sinistros;
- lix. manter sigilo de informações que por qualquer meio venha a ter acesso.
- lx. Desarquivamento de documentos, dossiês e/ou processos.

## **2. Bibliotecário:**

2.1 Requisitos: curso superior em biblioteconomia, experiência anterior na área.

2.2 CBO 2612-05

### 2.3 Atribuições gerais:

- i. Gestão e manutenção de bibliotecas digitais;
- ii. Implementação e gestão do catálogo bibliográfico informatizado;
- iii. Atualização de bases de dados digitais;
- iv. Realização de pesquisas técnicas em bases de dados de doutrina, legislação e jurisprudência;
- v. Atualização, compilação, indexação e disseminação dos atos normativos;
- vi. Manutenção e atualização do vocabulário controlado (tesauro);
- vii. Treinamento do usuário quanto ao uso do acervo e dos recursos informacionais do Tribunal;
- viii. Realização de ações para a divulgação do acervo, produtos e serviços que a unidade gerencia;
- ix. Elaboração de boletins e pesquisas temáticas para a disseminação seletiva da informação;
- x. Curadoria de acervo técnico-especializado de publicações institucionais para a preservação da memória do Tribunal;
- xi. Elaboração de índices de assuntos para a representação temática dos conteúdos constantes de atos normativos e de pareceres em consultas;
- xii. Gestão de contratos de livros, periódicos e bases de dados e;
- xiii. Desenvolver ações educativas.
- xiv. Desenvolver estudos e pesquisas;
- xv. Desenvolver recursos informacionais;
- xvi. Disponibilizar informação em qualquer suporte;
- xvii. Tratar tecnicamente recursos informacionais;
- xviii. Disseminar informação;
- xix. Gestão e manutenção de bibliotecas físicas e digitais;
- xx. Elaborar estudos de perfil de usuário e comunidade;
- xxi. Desenvolver critérios de controle de qualidade e conteúdo de fontes de informação;
- xxii. Analisar tecnologias de informação e comunicação;
- xxiii. Coletar dados estatísticos;
- xxiv. Elaborar manuais de serviços e procedimentos;
- xxv. Elaborar laudos técnicos;
- xxvi. Compilar bibliografia;
- xxvii. Elaborar levantamento bibliográfico;
- xxviii. Coordenar e executar pesquisas bibliográficas correntes e retrospectivas;
- xxix. Elaborar linguagens documentárias, produzir vocabulários controlados;
- xxx. Controlar conservação do patrimônio físico da unidade, rede e sistema de informação;
- xxxi. Armazenar recursos informacionais;
- xxxii. Projetar unidades, redes e sistemas de informação;
- xxxiii. Prestar serviços de informação on-line;
- xxxiv. Elaborar boletim bibliográfico;
- xxxv. Coletar informações para memória institucional;
- xxxvi. Elaborar tabela de temporalidade;
- xxxvii. Descartar recursos informacionais;
- xxxviii. Transferir documentos para guarda intermediária e recolher documentos para guarda permanente;
- xxxix. Realizar e gerenciar empréstimos de documentos;
- xl. Elaborar clipping de informações;
- xli. Desenvolver planos de conservação preventiva;
- xlii. Inventariar e conservar acervos;

- xl.iii. Compilar sumários correntes;
- xliv. Localizar informações;
- xl. v. Registrar recursos informacionais;
- xlvi. Recuperar informações;
- xl. vii. Classificar, registrar, digitalizar, organizar, armazenar e higienizar documentos;
- xl. viii. Elaborar plano de classificação;
- xl. ix. Catalogar recursos informacionais;
  - I. Elaborar resenhas e resumos;
  - II. Executar outras tarefas correlatas;

### **3. Assistente Social I e II:**

3.1 Requisitos: curso superior em Serviço Social, experiência anterior na área.

3.2 CBO: 2516-05

3.3 Atribuições gerais:

- i. Acompanhar afastamentos por motivo de saúde, incluindo a realização de visitas domiciliares quando necessário, com registro e emissão de relatórios técnicos;
- ii. Realizar avaliação psicossocial de servidores com deficiência (PCD), subsidiando adequações no ambiente de trabalho, concessão ou manutenção de teletrabalho, pedidos de redução de jornada e outras medidas inclusivas;
- iii. Desenvolver estudos e propostas de ações permanentes voltadas à inclusão e acessibilidade, como campanhas de conscientização, acompanhamento de situações de vulnerabilidade e implementação de políticas institucionais;
- iv. Atender servidores, estagiários, residentes e colaboradores, oferecendo apoio social, orientações e encaminhamentos para serviços internos e externos da rede socioassistencial;
- v. Elaborar relatórios, laudos e pareceres técnicos para subsidiar decisões administrativas em processos relacionados à saúde, inclusão e bem-estar no trabalho;
- vi. Articular e acompanhar programas institucionais de promoção da saúde ocupacional, qualidade de vida, acessibilidade e inclusão social;
- vii. Participar de equipes multiprofissionais, contribuindo na análise de casos e definição de estratégias de apoio aos servidores, voltadas a implementar e gerenciar programas de desenvolvimento, de saúde e de qualidade de vida no trabalho.
- viii. Compor equipe multidisciplinar visando atender o art. 11 da Resolução 254/2024, que dispõe que o TCE, por meio da Coordenadoria de Saúde e de Desenvolvimento de Pessoas (CSDP), manterá um canal permanente de acolhimento, acompanhamento e orientação em casos de assédio e discriminação.
- ix. Suporte técnico às áreas de gestão de pessoas e saúde ocupacional, contribuindo com diagnósticos sociais, pareceres técnicos e encaminhamentos adequados para políticas institucionais de prevenção e apoio aos servidores;
- x. Promover e apoiar ações de capacitação e sensibilização sobre temas sociais, saúde mental, inclusão e diversidade no ambiente de trabalho;
- xi. Realizar visitas institucionais e acompanhamentos sociais de casos que demandem atenção e monitoramento contínuo;
- xii. Zelar pelo cumprimento da legislação social e trabalhista relacionada a direitos das pessoas com deficiência, saúde do trabalhador e políticas inclusivas, contribuindo para a conformidade institucional.

- xiii. Elaborar estatísticas dos programas de sua atuação;
- xiv. Executar tarefas afins e correlatas, que forem solicitadas.
- xv. Prestar apoio técnico a elaboração e implantação de programas de interesse social;
- xvi. Acompanhar e elaborar pareceres de casos específicos que lhe for solicitado acompanhamento.
- xvii. Possuir conhecimento em perícia médica;
- xviii. Suporte técnico e apoio na realização de avaliação pericial em caso de afastamento de servidores;
- xix. E demais atribuições estabelecidas na legislação para o CBO 2516-05.

**ANEXO II - B**  
**MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

	N.º Processo	
	Licitação n.º	

**Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)**

A	Data de Apresentação da Proposta	
B	Município/DF	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	N.º de Meses de Execução Contratual	

**Identificação do Serviço**

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total
	Posto	

**Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra**

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data Base da Categoria (dia/mês/ano)	

**1. Módulos**

**MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário base	
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Outros (sobreaviso)	
	<b>TOTAL MÓDULO 1</b>	<b>R\$ -</b>

**MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS**

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º salário		
B	Férias e Adicional de Férias		
	<b>Subtotal</b>		



C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e Adicional de Férias		
<b>Total Submódulo 2.1</b>			<b>R\$ -</b>

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições**

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS		
B	Salário Educação		
C	SAT		
D	SESC ou SESI		
E	SENAI - SENAC		
F	SEBRAE		
G	INCRA		
H	FGTS		
<b>Total Submódulo 2.2</b>		<b>0,00%</b>	<b>R\$ -</b>

**Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários**

2.3	Benefícios mensais e diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio Alimentação (vales, cesta básica, etc)	
C	Assistência Médica e Familiar	
D	Seguro de vida, invalidez e funeral	
E	Outros	
<b>Total Submódulo 2.3</b>		<b>R\$ -</b>

**Quadro Resumo do Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários**

2	Encargos e benefícios anuais, mensais e diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios mensais e diários	
<b>TOTAL MÓDULO 2</b>		<b>R\$ -</b>

**MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO**

3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado		
C	Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado		
D	Aviso Prévio Trabalhado		
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado		
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
<b>TOTAL MÓDULO 3</b>		<b>0,00%</b>	<b>R\$ -</b>

**MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**

<b>Submódulo 4.1 Substituto nas Ausências Legais</b>
--

<b>4.1</b>	<b>Substituto nas Ausências Legais</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Férias	
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	
F	Substituto na cobertura de outras ausências (especificar)	
	<b>Total Submódulo 4.1</b>	<b>R\$ -</b>

<b>4.2</b>	<b>Substituto na Intra jornada</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	
	<b>Total Submódulo 4.2</b>	<b>R\$ -</b>

**Quadro Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente**

<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	Substituto nas Ausências Legais	
4.2	Substituto na Intra jornada	
	<b>TOTAL MÓDULO 4</b>	<b>R\$ -</b>

**MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS**

<b>5</b>	<b>Insumos diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
	<b>TOTAL MÓDULO 5</b>	<b>R\$ -</b>

**MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO**

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
C.1	PIS/PASEP		
C.2	COFINS		
C.3	ISSQN		
C.4	CPRB		
C.5	Outros tributos (especificar)		
	<b>TOTAL MÓDULO 6</b>	<b>0,00%</b>	<b>R\$ -</b>

**2. Quadro-resumo do Custo por Empregado**

	<b>Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários	R\$ -

C	Modulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$	-
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$	-
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$	-
<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>		<b>R\$</b>	<b>-</b>
F	Módulo 6 - Custo Indiretos, Tributos e Lucro	R\$	-
	<b>Valor total por empregado</b>	<b>R\$</b>	<b>-</b>

### **3. Quadro-resumo - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS**

Tipo de serviço	Valor proposto por empregado (B)	Qtde empregados por posto (C)	Valor proposta por posto (D) = (B) x (C)
- Por posto	R\$ -	1	R\$ -
<b>VALOR MESAL DOS SERVIÇOS (I + II + III + IV)</b>			

### **4. Quadro - Demonstrativo - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA**

<b>Valor Global da Proposta</b>		
	<b>Descrição</b>	<b>Valor (R\$)</b>
1	Valor proposto por Posto	
-	<b>Valor Global (12 meses) da Proposta</b>	<b>R\$ -</b>

**ANEXO II - C**

**SALÁRIO BASE MÍNIMO POR POSTO E VALOR DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

<b>Auxílio-Alimentação</b>	<b>Valor</b>
Postos <b>4 horas/dia</b> (20 horas/semanais)	R\$ 775,49
Postos <b>6 horas/dia</b> (30 horas/semanais)	R\$ 1.019,74

<b>Item</b>	<b>Postos</b>	<b>CBO</b>	<b>Carga horária (Diária)</b>	<b>Qtde</b>	<b>Piso referencial para a proposta</b>
<b>1</b>	Arquivista	2613-05	6h	2	R\$ 5.305,09
<b>2</b>	Bibliotecário	2612-05	6h	3	R\$ 5.305,09
<b>3</b>	Assistente Social – I	2516-05	6h	2	R\$ 5.207,02
<b>4</b>	Assistente Social - II	2516-05	4h	2	R\$ 3.471,35

**ANEXO II - D**  
**VALORES MÁXIMOS E MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS RESUMIDA**

<b>RESUMO DE PREÇOS – GRUPO 1</b>	
<b>TIPO</b>	<b>ANUAL (R\$)</b>
<b>POSTOS DE TRABALHO</b>	<b>R\$ 1.336.718,40</b>
<b>DESPESAS COM DIÁRIAS</b>	<b>R\$ 25.345,08</b>
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO DO GRUPO 1 (R\$)</b>	<b>R\$ 1.362.063,48</b>

**GRUPO 1**

**Postos de trabalho**

Item	Postos	CBO	Carga horária (Diária)	Qtde	Valor Unitário Mensal	Preço Total Mensal	Preço Total Anual Postos
1	Arquivista	2613-05	6h	2	R\$ 13.391,34	R\$ 26.782,68	R\$ 321.392,16
2	Bibliotecário	2612-05	6h	3	R\$ 13.391,34	R\$ 40.174,02	R\$ 482.088,24
3	Assistente Social - I	2516-05	6h	2	R\$ 13.173,13	R\$ 26.346,26	R\$ 316.155,12
4	Assistente Social - II	2516-05	4h	2	R\$ 9.045,12	R\$ 18.090,24	R\$ 217.082,88
				9		R\$ 111.393,20	R\$ 1.336.718,40

**Despesas com diárias decorrentes de viagens (tributação estimada em 11,75%)**

Item	Valor Diária (R\$)	Tributos	Valor Unitário Diária (R\$)	Qtde Diárias Estimada Mês	Valor Estimado Mensal (R\$)	Qtde Diárias Estimada Ano	Valor Estimado Anual (R\$)
5	630,00	11,75%	704,03	3	2.112,09	36	25.345,08
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DIÁRIAS (sob demanda)</b>						<b>R\$ 25.345,08</b>	

<b>VALOR TOTAL MÁXIMO DO GRUPO 1</b>	<b>R\$ 1.362.063,48</b>
--------------------------------------	-------------------------

**22.** Para fins de cadastro da proposta no sistema de pregão deverá ser considerado o que segue:

1.1 Para fins de julgamento da licitação, será considerado o valor global do grupo 1 (itens 1, 2, 3, 4 e 5) para o período de 12 meses, **sendo obrigatória a cotação de todos os itens.**

**22.1.1 O valor unitário a ser preenchido no sistema é o valor unitário mensal do posto.** Para tanto, será realizado o ajuste nas quantidades para fins de sistema, será multiplicada a quantidade de postos por 12 meses para fechar o valor anual de cada item.

**22.1.2 Com relação ao item 5 (diárias),** deverá ser cadastrado no sistema o valor unitário de R\$ 704,02, que totaliza R\$ 25.345,08 para este item, considerando a estimativa de 36 diárias por ano.

**22.1.3 O valor do item 5 (diárias) é fixo, não devendo ser objeto de lances, sob pena de desclassificação da proposta caso haja lances, ou se o valor estiver zerado.**

**22.1.4 As diárias somente serão pagas sob demanda, quando solicitadas e aprovadas pela Gestão**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (DAF)**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES (CLIC)**  
**PROCESSO SEI 26.0.000002272-0**

do Contrato.

## ANEXO II - E

### TERMO DE COMPROMISSO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES NO TCE/SC

A empresa **[nome da empresa]**, pessoa jurídica com sede em **[endereço]**, inscrita no CNPJ/MF com o n.º **[CNPJ]**, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, por tomar conhecimento de informações sobre o ambiente computacional do Tribunal de Contas de Santa Catarina– TCE/SC, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade e Sigilo é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva do TCE/SC reveladas à CONTRATADA em razão da execução dos serviços objeto do contrato **N.º [xx/aaaa]**, doravante denominado simplesmente CONTRATO, bem como assegurar o respeito às normas de segurança vigentes naquele órgão durante a realização dos serviços.

2. A expressão “informação restrita” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, dentre outros.

3. A CONTRATADA compromete-se a não reproduzir e/ou dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do TCE/SC, das informações restritas reveladas.

4. A CONTRATADA compromete-se a não utilizar, bem como a não permitir que seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos utilizem, de forma diversa da prevista no CONTRATO, as informações restritas reveladas.

5. A CONTRATADA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas à prestação de serviços ao TCE/SC, devendo cientificá-los da existência deste Termo e da natureza confidencial das informações restritas reveladas.

6. A CONTRATADA declara conhecer e se compromete a seguir e divulgar entre seus colaboradores envolvidos na execução do CONTRATO a Política de Segurança da Informação do TCE/SC e normativos correlatos.

7. A CONTRATADA possuirá ou firmará acordos por escrito com seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente Termo, conforme especificado no instrumento convocatório do processo licitatório que deu origem ao CONTRATO.

8. A CONTRATADA obriga-se a informar imediatamente ao TCE/SC qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste Termo que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.



9. A quebra do sigilo das informações restritas reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa do TCE/SC, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre o TCE/SC e a CONTRATADA sem qualquer ônus para o TCE/SC. Nesse caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todos os danos e perdas sofridos pelo TCE/SC, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

10. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações restritas do TCE/SC.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, a CONTRATADA assina o presente termo através de seus representantes legais.

Florianópolis/SC, <dia> de <mês> de 20<ano>.

**[nome da empresa]**

Nome/Cargo

## ANEXO II - F

### DAS OBRIGAÇÕES ACERCA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

#### 1. OBJETIVO

1.1 Este Termo tem como intuito estabelecer as regras relativas à proteção de dados pessoais no tocante ao Contrato oriundo do Pregão Eletrônico nº 74/2026.

#### 2. DEFINIÇÕES

2.1 Para os fins a que se destina esse Termo consideram-se:

- (a) **AGENTES DE TRATAMENTO:** controladores e operadores;
- (b) **CONTROLADOR:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem às decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
- (c) **CONTROLADOR CONJUNTO:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem, de maneira conjunta ou individualizada, as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
- (d) **OPERADOR:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- (e) **DADO PESSOAL:** informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;
- (f) **DADO PESSOAL SENSÍVEL:** dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- (g) **TITULAR:** pessoa natural a quem se refere os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- (h) **TRATAMENTO:** toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

#### 3. AGENTES DE TRATAMENTO

3.1 Na presente contratação, a CONTRATANTE assume o papel de CONTROLADOR, nos termos do artigo 5º, VI da Lei nº 13.709/2018, e a CONTRATADA assume o papel de OPERADOR, nos termos do artigo 5º, VII da Lei nº 13.709/2018.

3.2 O OPERADOR tratará os dados pessoais e dados pessoais sensíveis compartilhados pelo CONTROLADOR exclusivamente para cumprimento do objeto do presente contrato, que tem por fim a persecução do interesse público e o atendimento da finalidade pública do CONTROLADOR, com o

objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público (art. 23, Lei nº 13.709/2018).

3.3 O tratamento de dados pessoais descrito neste anexo tem como base legal o cumprimento de obrigações legais e/ou regulatórias, consoante artigo 7º, inciso II, e 11, inciso II, alínea “a” da Lei nº 13.709/2018.

#### **4. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

4.1. A CONTRATADA, reconhece que, em razão do objeto deste contrato, realiza o tratamento de dados pessoais e declara que, no contexto do desempenho de suas obrigações contratuais, cumprirá as Leis e Regulamentos de Proteção de Dados, inclusive as que vierem a ser publicadas ou entrarem em vigor durante a vigência do presente contrato.

4.2 A CONTRATADA deverá guardar sigilo sobre os dados pessoais compartilhados pela CONTRATANTE e só poderá fazer uso dos dados exclusivamente para fins de cumprimento do objeto deste contrato, sendo-lhe vedado, a qualquer tempo, o compartilhamento desses dados sem a expressa autorização da CONTRATANTE, ou o tratamento dos dados de forma incompatível com as finalidades e prazos acordados.

4.3 A CONTRATADA assegurará que o tratamento dos dados pessoais vinculados à relação estabelecida com a CONTRATANTE ficará restrito aos colaboradores, representantes e/ou prepostos que realmente precisam tratá-los, com o objetivo único de alcançar as finalidades dispostas neste anexo, bem como que tais colaboradores tenham conhecimento das suas obrigações legais, especialmente do dever de confidencialidade

4.4 A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE, por meio eletrônico, em até 24 (vinte e quatro) horas, sobre qualquer incidente detectado no âmbito de suas atividades, relativo a operações de tratamento de dados pessoais.

4.5 A CONTRATADA se compromete a adotar as medidas de segurança técnicas e administrativas necessárias a resguardar os dados pessoais que lhe serão confiados, levando em conta as diretrizes de órgãos reguladores, padrões técnicos e boas práticas existentes.

4.6. A CONTRATANTE terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da CONTRATADA, diante das obrigações de operador, para a proteção de dados pessoais referentes à execução deste contrato.

4.7 As PARTES ficam obrigadas a indicar o Encarregado pela proteção de dados pessoais para comunicação sobre os assuntos pertinentes à Lei n. 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

4.8. A CONTRATADA dará conhecimento formal a seus empregados e colaboradores das obrigações e condições acordadas neste Termo. As diretrizes aqui estipuladas deverão ser aplicadas a toda e qualquer atividade que envolva a presente contratação.

4.9. A CONTRATADA deverá zelar pelo sigilo de quaisquer informações referentes à estrutura, sistemas, usuários, contribuintes, topologia, e ao modo de funcionamento e tratamento das informações da CONTRATANTE, durante e após fim do contrato, salvo se houver autorização expressa da CONTRATANTE para divulgação.

4.10 A CONTRATADA se compromete a realizar, de maneira contínua, o monitoramento das medidas de segurança a fim de manter a proteção dos dados adequada e efetiva.

4.11 Em caso de transferência internacional de dados, independentemente de regulação por parte da ANPD, a CONTRATADA deverá assegurar a adoção dos mecanismos pertinentes com o intuito de garantir o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, consoante artigo 33 da LGPD.

4.12 Quando solicitado, a CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar da solicitação, todas as informações necessárias para atender as obrigações legais impostas à CONTRATANTE, inclusive, para comprovar a conformidade às disposições da LGPD por parte da CONTRATADA.

## **5. SUBOPERADORES**

5.1. A CONTRATANTE concorda que a CONTRATADA, nos termos da legislação, e para cumprir as finalidades relacionadas à prestação do serviço objeto do contrato, contrate terceiros, denominados suboperadores, para auxiliá-lo(a) a realizar o tratamento dos dados pessoais, desde que a CONTRATADA se certifique, bem como registre mediante contrato escrito, que o suboperador está em conformidade com a LGPD e que adota todas as medidas de segurança cabíveis para garantir a proteção dos dados, sob pena de se responsabilizar perante a CONTRATANTE por eventuais falhas ou danos causados pelo suboperador.

## **6. EXCLUSÃO DOS DADOS PESSOAIS FORNECIDOS PELA CONTRATANTE**

6.1 A CONTRATADA concorda que, diante do término da vigência ou da rescisão do contrato, após, caso seja necessário, a CONTRATANTE obter a cópia dos dados pessoais, prontamente darão por encerrado o tratamento dos dados e, em no máximo 30 (trinta) dias, a CONTRATADA eliminará os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes, seja em formato físico ou digital.

6.2 O encerramento do tratamento dos dados pessoais somente não ocorrerá quando necessária a manutenção dos dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese autorizativa da LGPD, devendo a CONTRATADA informar à CONTRATANTE a base legal que justifica a retenção dos dados, bem como as medidas de segurança adotadas.

## **7. RESPONSABILIDADES**

7.1 Eventuais responsabilidades serão apuradas conforme estabelecido neste anexo, bem como em consonância com o disposto no Capítulo VI, Seção III, da LGPD.

7.2 Fica expressamente vedado todo e qualquer tratamento de dados pessoais realizado por qualquer uma das partes que extrapole as disposições previstas neste anexo e/ou nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados, obrigando-se a parte que realizar o tratamento não autorizado a indenizar a outra por todo e qualquer dano ou prejuízo eventualmente causado.

**ANEXO III**  
**MODELO DE DECLARAÇÕES DE HABILITAÇÃO**

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº (xxx.xxx.xxx/xxx-xx),

**DECLARA** que:

- a) Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz (Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal);
- b) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Art. 63, IV da Lei 14.133/2021);
- c) Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (Art. 63, § 1º da Lei 14.133/2021);
- d) Tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (Art. 67, VI da Lei 14.133/2021).

Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome Empresa

Nome Representante Legal

Número do documento de identificação do representante.

**ANEXO IV**

**MODELO DECLARAÇÃO ME/EPP**

**(apresentar juntamente com a proposta readequada)**

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº (xxx.xxx.xxx/xxx-xx),  
**DECLARA** que neste ano-calendário ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (Art. 4º, §2º da Lei nº 14.133/2021).

Local, data.

---

Nome Empresa

Nome Representante Legal

Número do documento de identificação do representante.